GRUPO II – CLASSE II – Primeira Câmara
TC 017.928/2024-9.
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Cinema.
Responsáveis: Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. (32.056.954/0001-02); Iara Marly Kauffmann (410.106.637-04).
Representação legal: Orlando Ribeiro da Silva Netto (168.289/OAB-RJ), Ericka Gavinho D'Icarahy (137.124/OAB-RJ) e outros, representando Iara Marly Kauffmann; Orlando Ribeiro da Silva Netto (168.289/OAB-RJ), representando Hkauffmann Produção de Imagens Ltda.

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA. FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SÉRIE DOCUMENTAL. NÃO COMPROVAÇÃO DA BOA E REGULAR APLICAÇÃO DOS RECURSOS REPASSADOS. FALECIMENTO DE UM DOS RESPONSÁVEIS. CITAÇÃO DOS DEMAIS. CONFIGURAÇÃO DO PREJUÍZO AO EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA O DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO.

# RELATÓRIO

Por registrar as principais ocorrências havidas no andamento do processo até o momento, resumindo os fundamentos das peças acostadas aos autos, adoto como relatório, com os ajustes necessários, a última instrução da unidade de auditoria responsável pela análise da demanda (peça 139), que contou com a anuência de seu corpo diretivo (peças 140-141) e do Ministério Público junto ao TCU (peça 142):

> "**INTRODUÇÃO**
>
> 1. Cuidam os autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Agência Nacional do Cinema, em desfavor de Hkauffmann Produção de Imagens Ltda., Hilton Kauffmann e Iara Marly Kauffmann, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por força do Contrato FINEP 02.13.0007.00 (Projeto Salic 11-7046), cujo objetivo era a produção e comercialização da série documental 'Que É Que Eu Vou Fazer da Minha Vida?' (peça 3).
>
> **HISTÓRICO**
>
> 2. Em 17/5/2024, com fundamento na IN-TCU 71/2012, alterada pela IN-TCU 76/2016 e DN-TCU 155/2016, o dirigente da instituição Agência Nacional do Cinema autorizou a instauração da tomada de contas especial (peça 37). O processo foi registrado no sistema e-TCE com o número 916/2024.
>
> 3. O fundamento para a instauração da Tomada de Contas Especial, conforme consignado na matriz de responsabilização elaborada pelo tomador de contas, foi a constatação da seguinte irregularidade:
>
> > Não entrega da totalidade da documentação necessária para a correta avaliação da prestação de contas. Os valores originais foram acrescidos de 20% relativos ao item '1', subitem 'd' da



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

cláusula Décima Primeira do Contrato FINEP 02.13.0007.00, conforme orientação recebida via e-mail da SecexTCE/TCU (peça 32).

4. Os responsáveis arrolados na fase interna foram devidamente comunicados e, diante da ausência de justificativas suficientes para elidir a irregularidade e da não devolução dos recursos, instaurou-se a tomada de contas especial.

5. No relatório de TCE (peça 42), o tomador de contas concluiu que o prejuízo importava no valor original de R$ 600.000,00, imputando responsabilidade a Hkauffmann Produção de Imagens Ltda., na condição de contratado, Hilton Kauffmann (falecido), na condição de dirigente e Iara Marly Kauffmann, na condição de dirigente.

6. Em 4/7/2024, a Controladoria-Geral da União emitiu o relatório de auditoria (peça 46), em concordância com o relatório do tomador de contas. O certificado de auditoria e o parecer do dirigente do órgão de controle interno concluíram pela irregularidade das presentes contas (peças 47 e 48).

7. Em 19/7/2024, o Ministro responsável pela área atestou haver tomado conhecimento das conclusões contidas no relatório e certificado de auditoria, bem como do parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno, manifestando-se pela irregularidade das contas, e determinou o encaminhamento do processo ao Tribunal de Contas da União (peça 49).

8. Na instrução inicial (peça 53), analisando-se os documentos nos autos, concluiu-se pela necessidade de realização de citação para a seguinte irregularidade:

8.1. **Irregularidade 1:** não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados por força do Contrato FINEP 02.13.0007.00 em face da não entrega da totalidade da documentação necessária para a correta avaliação da prestação de contas.

8.1.1. Evidências da irregularidade: documentos técnicos presentes nas peças 21 e 22.

8.1.2. Normas infringidas: art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93 do Decreto-lei 200/1967; art. 66, caput, do Decreto 93.872/1986; Cláusula DÉCIMA PRIMEIRA do Contrato FINEP 02.13.0007.00 e Capítulo II da Instrução Normativa Ancine 159/2021.

8.2. Débitos relacionados aos responsáveis Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly Kauffmann:

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 3/5/2013 | 540.000,00 |
| 8/10/2014 | 60.000,00 |

8.2.1. Cofre credor: Agência Nacional do Cinema.

8.2.2. **Responsável**: Hkauffmann Produção de Imagens Ltda.

8.2.2.1. **Conduta:** não demonstrar a boa e regular aplicação dos recursos federais recebidos e geridos por meio do instrumento em questão em face da não entrega da totalidade da documentação necessária para a correta avaliação da prestação de contas.

8.2.2.2. Nexo de causalidade: a conduta descrita impediu o estabelecimento do nexo causal entre as possíveis despesas efetuadas com os recursos recebidos no âmbito do instrumento em questão, levando à presunção de que houve prejuízo ao erário, bem como à aplicação da multa prevista item '1', subitem 'd' da cláusula Décima Primeira do Contrato FINEP 02.13.0007.00 em face da reprovação da prestação de contas. Os valores originais foram acrescidos de 20% relativos a esse item, conforme orientação recebida via e-mail da SecexTCE/TCU (peça 32).

8.2.2.3. Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade; é razoável supor que o responsável tinha consciência da ilicitude de sua conduta; era exigível conduta diversa da praticada, qual seja, por meio de seu administrador, apresentar todos os documentos necessários para a correta avaliação da prestação de contas, permitindo o estabelecimento do nexo causal entre os recursos repassados e o objeto executado.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

8.2.3. **Responsável**: Iara Marly Kauffmann.

8.2.3.1. **Conduta:** não demonstrar a boa e regular aplicação dos recursos federais recebidos e geridos por meio do instrumento em questão, em face da não entrega da totalidade da documentação necessária para a correta avaliação da prestação de contas.

8.2.3.2. Nexo de causalidade: a conduta descrita impediu o estabelecimento do nexo causal entre as possíveis despesas efetuadas com os recursos recebidos no âmbito do instrumento em questão, levando à presunção de que houve prejuízo ao erário, bem como à aplicação da multa prevista item '1', subitem 'd' da cláusula Décima Primeira do Contrato FINEP 02.13.0007.00 em face da reprovação da prestação de contas.

8.2.3.3. Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade; é razoável supor que o responsável tinha consciência da ilicitude de sua conduta; era exigível conduta diversa da praticada, qual seja, apresentar todos os documentos necessários para a correta avaliação da prestação de contas, permitindo o estabelecimento do nexo causal entre os recursos repassados e o objeto executado.

9. Encaminhamento: citação.

10. Apesar de o tomador de contas haver incluído Hilton Kauffmann como responsável neste processo, após análise realizada sobre a documentação acostada aos autos, concluiu-se que sua responsabilidade deve ser excluída, uma vez que não há evidências de que tenha tido participação na irregularidade aqui verificada.

11. Em cumprimento ao pronunciamento da unidade (peça 55), foi efetuada citação dos responsáveis, nos moldes adiante:

a) Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. - promovida a citação do responsável, conforme delineado adiante:

| |
|---|
| **Comunicação**: Ofício 46721/2024 - Seproc (peça 60)<br>Data da Expedição: 21/10/2024<br>Data da Ciência: **23/10/2024** (peça 69)<br>Observação: Ofício enviado para o endereço do responsável, conforme pesquisa na base de dados no sistema da Receita Federal, custodiada pelo TCU (peça 56).<br>Fim do prazo para a defesa: 7/11/2024 |

b) Iara Marly Kauffmann - promovida a citação da responsável, conforme delineado adiante:

| |
|---|
| **Comunicação**: Ofício 46722/2024 - Seproc (peça 59)<br>Data da Expedição: 21/10/2024<br>Data da Ciência: **23/10/2024** (peça 68)<br>Observação: Ofício enviado para o endereço do responsável, conforme pesquisa na base de dados no sistema do TSE, custodiada pelo TCU (peça 57).<br>Fim do prazo para a defesa: 7/11/2024 |
| **Comunicação**: Ofício 46723/2024 - Seproc (peça 58)<br>Data da Expedição: 21/10/2024<br>Data da Ciência: **22/10/2024** (peça 61)<br>Observação: Ofício enviado para o endereço do responsável, conforme pesquisa na base de dados no sistema da Receita Federal, custodiada pelo TCU (peça 57).<br>Fim do prazo para a defesa: 6/11/2024 |

12. Conforme Despacho de Conclusão das Comunicações Processuais (peça 75), as providências inerentes às comunicações processuais foram concluídas.

13. Transcorrido o prazo regimental, os responsáveis Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly Kauffmann apresentaram defesa.

14. Em nova instrução (peça 77), concluiu-se que os argumentos de defesa não foram suficientes



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

para elidir a irregularidade, de forma que deveriam ser rejeitados. Foi proposto proferir o julgamento de mérito pela irregularidade das contas, conforme os termos dos §§ 2º e 6º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, condenando-se os responsáveis ao débito apurado e aplicando-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

15. A proposta foi acatada pela unidade técnica e pelo MPTCU (peças 78-80).

16. No entanto, antes de ocorrer o julgamento do mérito, os responsáveis compareceram novamente aos autos, apresentando novos elementos de defesa (peças 81 a 86) e requerendo a retirada do processo de pauta para a produção de sustentação oral (peças 87 e 89).

17. O Ministro Relator Bruno Dantas determinou o retorno do processo à unidade instrutora para nova análise (peça 88):

> 'Estando o processo em meu Gabinete e já pautado para julgamento, HKAUFFMANN PRODUÇÃO DE IMAGENS LTDA. e IARA MARLY KAUFFMANN, representados por seus advogados, acostaram novo expediente aos autos (peça 87) no qual requerem a retirada de pauta para a produção de sustentação oral, além de resposta ao Ofício 46721/2024-TCU/Seproc (peças 81 a 86).
>
> Aduzem os requerentes que *'a documentação anexada, e que se requer juntada, trata-se de elementos localizados pelos herdeiros de Hilton Kauffmann, que faleceu abruptamente em 2017, e de Iara Kauffmann, que em 2018 foi acometida de neoplasia maligna no cérebro com implicações diversas em sua saúde física e capacidade cognitiva.*
>
> *Em especial, encontram-se anexados os seguintes elementos: (i) demonstrativo do extrato da conta corrente; (ii) demonstrativo orçamentário e financeiro; (iii) extrato da conta corrente; (iv) extrato de aplicação; e (v) a relação de pagamentos efetuados pelo projeto.*'
>
> Considero que ao presente caso caberia a aplicação do art. 160 do RI/TCU, segundo o qual a juntada de novos documentos somente é facultada à parte até o fim da etapa de instrução (§§ 1º e 2º).
>
> Contudo, com o objetivo de prestigiar o princípio da ampla defesa e do contraditório, autorizo a juntada dos novos elementos e determino o seu exame pela unidade instrutora.
>
> Encaminhe-se à AudTCE.'

18. Após o Despacho do Ministro Relator, os responsáveis apresentaram nova petição (peça 91), requerendo a juntada de mais documentos de defesa, constantes das peças 92 e 93.

19. A unidade técnica identificou que haviam sido apresentados os documentos relativos à execução financeira do projeto cultural Salic 11-7046, objeto de análise e razão de instauração desta TCE. Como a competência originária para avaliar a aplicação dos recursos federais deste ajuste é da Ancine, foi proposto realizar diligência à agência para que emitisse parecer financeiro quanto à correta e regular aplicação dos recursos públicos (peça 94).

20. A proposta foi acolhida pelo Ministro Relator (peça 97), e a diligência foi realizada (peça 98), tendo a Ancine apresentado resposta ao Tribunal (peças 111 a 122).

21. Na instrução antecedente (peça 125), analisando-se os documentos trazidos pela Ancine, concluiu-se pela necessidade de realização de nova citação, desta vez para as seguintes irregularidades:

21.1. **Irregularidade 1:** ausência de nexo de causalidade entre os recursos recebidos e as despesas realizadas em virtude da ausência de discriminação dos serviços prestados em alguns documentos fiscais, além da não apresentação de documentos fiscais probatórios de algumas despesas.

21.1.1. Evidências da irregularidade: documentos técnicos presentes nas peças 34 e 37.

21.1.2. Normas infringidas: art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93, do Decreto-lei 200/1967; art. 66, do Decreto 93.872/1986.

21.2. Débitos relacionados aos responsáveis Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

Kauffmann:

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) | Identificador |
|---|---|---|
| 10/12/2013 | 7,00 | D3 |
| 21/12/2013 | 208,54 | D4 |
| 8/12/2013 | 170,17 | D5 |
| 19/12/2013 | 10,00 | D6 |
| 19/12/2013 | 6,00 | D7 |
| 6/12/2013 | 72,27 | D8 |
| 28/12/2013 | 120,12 | D9 |
| 6/12/2013 | 12,00 | D10 |
| 6/12/2013 | 8,00 | D11 |
| 6/12/2013 | 8,00 | D12 |
| 24/1/2014 | 28,00 | D13 |
| 24/1/2014 | 166,81 | D14 |
| 3/12/2013 | 29,49 | D15 |
| 10/12/2013 | 22,05 | D16 |
| 12/12/2013 | 9,00 | D17 |
| 8/12/2013 | 6,50 | D18 |
| 2/12/2013 | 2,16 | D19 |
| 15/11/2013 | 9,41 | D20 |
| 20/1/2014 | 611,59 | D21 |
| 22/10/2013 | 41,42 | D22 |
| 28/11/2013 | 114,40 | D23 |
| 14/11/2013 | 23,04 | D24 |
| 25/11/2013 | 31,20 | D25 |
| 24/11/2013 | 38,50 | D26 |
| 17/10/2013 | 13,00 | D27 |
| 17/12/2013 | 15,00 | D28 |
| 1/10/2013 | 250,00 | D29 |
| 19/11/2013 | 3,80 | D30 |
| 10/12/2013 | 12,78 | D31 |
| 21/11/2013 | 18,85 | D32 |
| 4/12/2013 | 11,38 | D33 |
| 4/11/2013 | 10,00 | D34 |
| 28/11/2013 | 7,90 | D35 |
| 11/11/2013 | 11,28 | D36 |
| 13/11/2013 | 28,00 | D37 |
| 7/4/2014 | 8,00 | D38 |
| 8/10/2013 | 37,25 | D39 |
| 18/11/2013 | 2,00 | D40 |
| 6/11/2013 | 0,20 | D41 |
| 6/10/2013 | 7,00 | D42 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 22/6/2013 | 8,00 | D43 |
| 14/6/2013 | 13,00 | D44 |
| 22/3/2013 | 8,00 | D45 |
| 22/2/2014 | 163,75 | D46 |
| 20/12/2013 | 62,92 | D47 |
| 20/11/2013 | 17,33 | D48 |
| 17/1/2014 | 37,00 | D49 |
| 17/1/2014 | 88,00 | D50 |
| 22/1/2014 | 56,00 | D51 |
| 11/1/2014 | 49,50 | D52 |
| 15/1/2014 | 49,00 | D53 |
| 16/1/2014 | 67,90 | D54 |
| 14/1/2014 | 49,00 | D55 |
| 13/1/2014 | 11,20 | D56 |
| 22/1/2014 | 67,90 | D57 |
| 21/1/2014 | 88,00 | D58 |
| 21/1/2014 | 43,60 | D59 |
| 13/1/2014 | 27,10 | D60 |
| 9/1/2014 | 13,40 | D61 |
| 23/1/2014 | 68,50 | D62 |
| 20/12/2013 | 10,80 | D63 |
| 23/1/2014 | 23,00 | D64 |
| 24/1/2014 | 7,50 | D65 |
| 22/1/2014 | 10,00 | D66 |
| 14/1/2014 | 12,99 | D67 |
| 30/1/2014 | 24,35 | D68 |
| 30/1/2014 | 20,71 | D69 |
| 30/1/2014 | 18,05 | D70 |
| 30/1/2014 | 5,50 | D71 |
| 28/2/2014 | 23,00 | D72 |
| 30/1/2014 | 11,20 | D73 |
| 21/2/2014 | 370,00 | D74 |
| 22/1/2014 | 14,97 | D75 |
| 22/1/2014 | 32,84 | D76 |
| 22/1/2014 | 24,95 | D77 |
| 22/1/2014 | 42,92 | D78 |
| 24/1/2014 | 9,80 | D79 |
| 22/1/2014 | 50,00 | D80 |
| 24/1/2014 | 12,20 | D81 |
| 24/1/2014 | 3,80 | D82 |
| 24/1/2014 | 15,01 | D83 |
| 24/1/2014 | 40,00 | D84 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 24/1/2014 | 12,20 | D85 |
| 22/1/2014 | 52,25 | D86 |
| 29/1/2014 | 35,00 | D87 |
| 30/1/2014 | 6,00 | D88 |
| 30/1/2014 | 6,00 | D89 |
| 24/2/2014 | 24,25 | D90 |
| 29/1/2014 | 114,51 | D91 |
| 1/2/2014 | 800,00 | D92 |
| 10/2/2014 | 4.420,56 | D93 |
| 28/1/2014 | 88,00 | D94 |
| 29/1/2014 | 88,00 | D95 |
| 30/1/2014 | 62,00 | D96 |
| 31/1/2014 | 104,00 | D97 |
| 24/1/2014 | 68,50 | D98 |
| 24/1/2014 | 67,00 | D99 |
| 27/1/2014 | 66,10 | D100 |
| 27/1/2014 | 59,50 | D101 |
| 4/2/2014 | 49,00 | D102 |
| 5/2/2014 | 68,50 | D103 |
| 3/2/2014 | 46,90 | D104 |
| 9/1/2014 | 6.000,00 | D105 |
| 3/10/2014 | 3.000,00 | D106 |
| 29/1/2014 | 65,00 | D107 |
| 29/1/2014 | 89,20 | D108 |
| 29/1/2014 | 46,00 | D109 |
| 29/1/2014 | 150,00 | D110 |
| 29/1/2014 | 110,00 | D111 |
| 8/11/2013 | 174,57 | D112 |
| 17/12/2013 | 87,40 | D113 |
| 5/7/2013 | 7,83 | D114 |
| 28/3/2014 | 18,09 | D115 |
| 28/3/2014 | 41,00 | D116 |
| 29/3/2014 | 16,90 | D117 |
| 26/3/2014 | 8,94 | D118 |
| 4/3/2014 | 59,81 | D119 |
| 6/3/2014 | 2,92 | D120 |
| 13/3/2014 | 71,70 | D121 |
| 11/3/2014 | 4,50 | D122 |
| 29/1/2014 | 48,00 | D123 |
| 28/1/2014 | 9,00 | D124 |
| 22/3/2014 | 6,00 | D125 |
| 11/2/2014 | 14,00 | D126 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 5/3/2014 | 26,00 | D127 |
| 25/2/2014 | 15,75 | D128 |
| 16/1/2014 | 23,44 | D129 |
| 15/1/2014 | 108,01 | D130 |
| 11/1/2014 | 8,00 | D131 |
| 10/2/2014 | 17,00 | D132 |
| 16/1/2014 | 28,00 | D133 |
| 9/3/2014 | 24,00 | D134 |
| 11/2/2014 | 25,00 | D135 |
| 28/1/2014 | 23,00 | D136 |
| 19/3/2014 | 18,00 | D137 |
| 23/1/2014 | 28,30 | D138 |
| 28/1/2014 | 15,00 | D139 |
| 19/3/2014 | 25,00 | D140 |
| 31/1/2014 | 18,00 | D141 |
| 3/1/2014 | 17,00 | D142 |
| 1/2/2014 | 15,00 | D143 |
| 27/11/2013 | 43,00 | D144 |
| 15/11/2013 | 13,20 | D145 |
| 6/11/2013 | 1,69 | D146 |
| 11/4/2014 | 131,80 | D147 |
| 10/1/2014 | 31,00 | D148 |
| 16/1/2014 | 25,00 | D149 |
| 13/1/2014 | 16,00 | D150 |
| 9/3/2014 | 42,00 | D151 |
| 2/3/2014 | 14,95 | D152 |
| 12/2/2014 | 219,00 | D153 |
| 1/2/2014 | 33,00 | D154 |
| 20/2/2014 | 50,00 | D155 |
| 2/12/2014 | 9.000,00 | D156 |
| 3/2/2014 | 660,00 | D157 |
| 13/2/2014 | 236,04 | D158 |
| 17/2/2014 | 18,54 | D159 |
| 22/1/2014 | 4,80 | D160 |
| 22/2/2014 | 54,00 | D161 |
| 27/2/2014 | 30,63 | D162 |
| 17/2/2014 | 19,80 | D163 |
| 14/2/2014 | 59,40 | D164 |
| 19/2/2014 | 19,80 | D165 |
| 18/2/2014 | 19,91 | D166 |
| 14/2/2014 | 7,40 | D167 |
| 11/2/2014 | 31,00 | D168 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 14/2/2014 | 59,40 | D169 |
| 19/2/2014 | 19,80 | D170 |
| 14/2/2014 | 25,40 | D171 |
| 29/1/2014 | 6,60 | D172 |
| 5/2/2014 | 6,00 | D173 |
| 30/1/2014 | 25,50 | D174 |
| 2/2/2014 | 21,00 | D175 |
| 19/2/2014 | 20,29 | D176 |
| 1/12/2012 | 56,00 | D177 |
| 22/12/2012 | 20,00 | D178 |
| 6/1/2014 | 67,20 | D179 |
| 4/2/2014 | 20,00 | D180 |
| 6/12/2013 | 4,10 | D181 |
| 14/11/2012 | 18,43 | D182 |
| 27/12/2012 | 31,52 | D183 |
| 13/11/2012 | 13,07 | D184 |
| 10/12/2012 | 2,20 | D185 |
| 2/10/2012 | 5,00 | D186 |
| 31/1/2014 | 58,00 | D187 |
| 21/11/2013 | 8,23 | D188 |
| 12/12/2012 | 10,94 | D189 |
| 7/3/2014 | 439,32 | D190 |
| 6/3/2014 | 3.000,00 | D191 |
| 28/2/2014 | 12,50 | D192 |
| 1/3/2014 | 33,00 | D193 |
| 4/3/2014 | 36,00 | D194 |
| 1/3/2014 | 4,50 | D195 |
| 15/2/2014 | 66,00 | D196 |
| 11/3/2014 | 22,50 | D197 |
| 17/3/2014 | 24,00 | D198 |
| 3/3/2014 | 27,00 | D199 |
| 21/3/2014 | 22,50 | D200 |
| 22/2/2014 | 4,40 | D201 |
| 28/2/2014 | 13,90 | D202 |
| 27/2/2014 | 9,50 | D203 |
| 18/2/2014 | 8,30 | D204 |
| 4/11/2013 | 2,20 | D205 |
| 22/2/2014 | 53,80 | D206 |
| 22/2/2014 | 12,60 | D207 |
| 28/2/2014 | 8,75 | D208 |
| 28/2/2014 | 2,65 | D209 |
| 1/3/2014 | 6,50 | D210 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 5/3/2014 | 25,50 | D211 |
| 5/3/2014 | 31,80 | D212 |
| 12/2/2014 | 31,24 | D213 |
| 7/3/2014 | 8,00 | D214 |
| 20/2/2014 | 19,80 | D215 |
| 26/2/2014 | 27,40 | D216 |
| 26/2/2014 | 13,65 | D217 |
| 22/1/2014 | 9,00 | D218 |
| 27/2/2014 | 32,10 | D219 |
| 21/2/2014 | 60,50 | D220 |
| 21/2/2014 | 39,60 | D221 |
| 20/2/2014 | 19,80 | D222 |
| 20/2/2014 | 34,80 | D223 |
| 10/2/2014 | 40,90 | D224 |
| 6/2/2014 | 23,00 | D225 |
| 12/2/2014 | 34,39 | D226 |
| 12/2/2014 | 39,60 | D227 |
| 9/1/2014 | 15,00 | D228 |
| 13/2/2014 | 45,00 | D229 |
| 12/3/2014 | 12,00 | D230 |
| 17/3/2014 | 18,00 | D231 |
| 14/1/2014 | 32,35 | D232 |
| 28/2/2014 | 75,76 | D233 |
| 5/3/2014 | 11,96 | D234 |
| 14/3/2014 | 64,00 | D235 |
| 3/3/2014 | 31,20 | D236 |
| 7/3/2014 | 78,50 | D237 |
| 20/3/2014 | 1.040,00 | D238 |
| 31/3/2014 | 860,00 | D239 |
| 8/5/2014 | 12,00 | D240 |
| 30/4/2014 | 14,25 | D241 |
| 24/4/2014 | 12,00 | D242 |
| 14/4/2014 | 12,00 | D243 |
| 11/4/2014 | 31,00 | D244 |
| 3/4/2014 | 31,00 | D245 |
| 2/4/2014 | 8,00 | D246 |
| 12/4/2014 | 29,75 | D247 |
| 3/4/2014 | 19,20 | D248 |
| 2/4/2014 | 19,20 | D249 |
| 5/3/2014 | 27,00 | D250 |
| 26/3/2014 | 18,20 | D251 |
| 28/3/2014 | 20,99 | D252 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 27/3/2014 | 26,07 | D253 |
| 4/4/2014 | 19,20 | D254 |
| 28/4/2014 | 15.000,00 | D255 |
| 11/3/2014 | 400,00 | D256 |
| 29/4/2014 | 621,00 | D257 |
| 23/5/2014 | 12,00 | D258 |
| 26/5/2014 | 12,00 | D259 |
| 27/5/2014 | 12,00 | D260 |
| 28/5/2014 | 10,00 | D261 |
| 28/5/2014 | 12,00 | D262 |
| 30/5/2014 | 19,00 | D263 |
| 29/5/2014 | 8,00 | D264 |
| 27/5/2014 | 8,00 | D265 |
| 3/4/2014 | 30,00 | D266 |
| 8/4/2014 | 12,00 | D267 |
| 21/3/2014 | 12,00 | D268 |
| 1/4/2014 | 13,00 | D269 |
| 27/3/2014 | 13,00 | D270 |
| 20/3/2014 | 13,00 | D271 |
| 11/4/2014 | 14,00 | D272 |
| 10/4/2014 | 274,00 | D273 |
| 3/10/2014 | 3.000,00 | D274 |
| 25/5/2014 | 31,00 | D275 |
| 25/5/2014 | 30,00 | D276 |
| 26/5/2014 | 19,00 | D277 |
| 31/8/2013 | 128,66 | D278 |
| 17/11/2013 | 120,20 | D279 |
| 4/9/2013 | 119,79 | D280 |
| 27/7/2014 | 11,20 | D281 |
| 16/7/2014 | 14,91 | D282 |
| 16/7/2014 | 150,41 | D283 |
| 6/6/2014 | 11,44 | D284 |
| 13/7/2014 | 68,31 | D285 |
| 1/7/2014 | 60,00 | D286 |
| 7/7/2014 | 17,30 | D287 |
| 11/7/2014 | 22,42 | D288 |
| 7/6/2014 | 22,24 | D289 |
| 13/6/2014 | 37,80 | D290 |
| 6/6/2014 | 138,96 | D291 |
| 26/6/2014 | 24,00 | D292 |
| 16/5/2014 | 148,47 | D293 |
| 29/5/2014 | 155,21 | D294 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 29/7/2014 | 9,00 | D295 |
| 21/5/2014 | 28,00 | D296 |
| 11/6/2014 | 24,00 | D297 |
| 18/7/2014 | 119,68 | D298 |
| 5/5/2014 | 1.200,00 | D299 |
| 3/10/2014 | 4.000,00 | D300 |
| 28/7/2014 | 131,00 | D301 |
| 3/10/2014 | 4.000,00 | D302 |
| 3/10/2014 | 15.000,00 | D303 |
| 3/10/2014 | 15.000,00 | D304 |
| 17/10/2014 | 20.000,00 | D305 |
| 15/5/2013 | 5.000,00 | D306 |
| 15/5/2013 | 100,00 | D307 |
| 15/5/2013 | 5.000,00 | D308 |
| 21/6/2013 | 27,10 | D309 |
| 27/6/2013 | 76,00 | D310 |
| 16/5/2013 | 19,00 | D311 |
| 29/6/2013 | 50,00 | D312 |
| 29/6/2013 | 150,00 | D313 |
| 24/6/2013 | 33,00 | D314 |
| 25/6/2013 | 36,00 | D315 |
| 27/6/2013 | 14,97 | D316 |
| 28/6/2013 | 19,00 | D317 |
| 27/6/2013 | 27,80 | D318 |
| 26/6/2013 | 1,89 | D319 |
| 27/6/2013 | 6,60 | D320 |
| 26/6/2013 | 31,50 | D321 |
| 24/6/2013 | 93,00 | D322 |
| 26/6/2013 | 94,00 | D323 |
| 25/6/2013 | 92,00 | D324 |
| 19/5/2013 | 3,00 | D325 |
| 22/6/2013 | 18,00 | D326 |
| 22/6/2013 | 35,64 | D327 |
| 21/6/2013 | 7,40 | D328 |
| 23/6/2013 | 4,90 | D329 |
| 1/6/2013 | 3,50 | D330 |
| 3/6/2013 | 77,00 | D331 |
| 3/6/2013 | 36,30 | D332 |
| 28/6/2013 | 33,27 | D333 |
| 28/6/2013 | 22,13 | D334 |
| 4/6/2013 | 12,00 | D335 |
| 31/5/2013 | 26,00 | D336 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 5/6/2013 | 10,00 | D337 |
| 2/6/2013 | 15,00 | D338 |
| 3/6/2013 | 20,00 | D339 |
| 1/6/2013 | 12,00 | D340 |
| 4/7/2013 | 20,00 | D341 |
| 13/6/2013 | 26,00 | D342 |
| 21/6/2013 | 17,00 | D343 |
| 1/6/2013 | 37,00 | D344 |
| 2/6/2013 | 26,00 | D345 |
| 20/6/2013 | 16,00 | D346 |
| 23/6/2013 | 50,00 | D347 |
| 1/6/2013 | 362,00 | D348 |
| 2/6/2013 | 93,50 | D349 |
| 31/5/2013 | 91,85 | D350 |
| 5/7/2013 | 66,00 | D351 |
| 1/6/2013 | 35,00 | D352 |
| 3/6/2013 | 20,00 | D353 |
| 5/7/2013 | 62,00 | D354 |
| 23/6/2013 | 67,00 | D355 |
| 29/6/2013 | 50,00 | D356 |
| 24/6/2013 | 20,00 | D357 |
| 25/6/2013 | 35,00 | D358 |
| 29/6/2013 | 280,00 | D359 |
| 3/7/2013 | 340,85 | D360 |
| 29/6/2013 | 760,61 | D361 |
| 26/6/2013 | 886,29 | D362 |
| 29/6/2013 | 853,56 | D363 |
| 7/6/2013 | 601,13 | D364 |
| 29/6/2013 | 117,72 | D365 |
| 24/7/2013 | 32,00 | D366 |
| 20/7/2013 | 71,22 | D367 |
| 13/7/2013 | 63,62 | D368 |
| 13/7/2013 | 90,65 | D369 |
| 26/6/2013 | 924,00 | D370 |
| 24/6/2013 | 27,00 | D371 |
| 26/6/2013 | 84,00 | D372 |
| 6/5/2013 | 588,00 | D373 |
| 6/6/2013 | 793,79 | D374 |
| 26/6/2013 | 7,21 | D375 |
| 29/6/2013 | 861,35 | D376 |
| 23/7/2013 | 4.000,00 | D377 |
| 12/7/2013 | 49,30 | D378 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 5/7/2013 | 91,41 | D379 |
| 13/7/2013 | 248,38 | D380 |
| 28/7/2013 | 108,35 | D381 |
| 24/8/2013 | 2,56 | D382 |
| 4/7/2013 | 1.724,00 | D383 |
| 8/5/2013 | 9.000,00 | D384 |
| 26/6/2013 | 137,00 | D385 |
| 8/8/2013 | 83,00 | D386 |
| 21/8/2013 | 25,00 | D387 |
| 19/7/2013 | 32,00 | D388 |
| 3/9/2013 | 15,00 | D389 |
| 30/8/2013 | 14,00 | D390 |
| 3/9/2013 | 16,00 | D391 |
| 28/8/2013 | 15,00 | D392 |
| 4/7/2013 | 12,00 | D393 |
| 20/8/2013 | 227,99 | D394 |
| 20/8/2013 | 24,36 | D395 |
| 23/8/2013 | 12,00 | D396 |
| 23/8/2013 | 8,00 | D397 |
| 23/8/2013 | 4,00 | D398 |
| 2/9/2013 | 7,00 | D399 |
| 30/8/2013 | 26,57 | D400 |
| 26/8/2013 | 10,00 | D401 |
| 23/8/2013 | 257,00 | D402 |
| 28/8/2013 | 5,99 | D403 |
| 20/8/2013 | 12,00 | D404 |
| 24/8/2013 | 18,50 | D405 |
| 2/8/2013 | 41,90 | D406 |
| 21/8/2013 | 17,99 | D407 |
| 25/8/2013 | 22,65 | D408 |
| 25/8/2013 | 22,00 | D409 |
| 24/8/2013 | 9,00 | D410 |
| 24/8/2013 | 16,35 | D411 |
| 31/8/2013 | 7,00 | D412 |
| 21/8/2013 | 12,00 | D413 |
| 23/8/2013 | 25,00 | D414 |
| 1/9/2013 | 12,00 | D415 |
| 1/9/2013 | 71,70 | D416 |
| 31/5/2013 | 25,00 | D417 |
| 20/6/2013 | 15,00 | D418 |
| 19/9/2013 | 60,00 | D419 |
| 8/8/2013 | 2.222,50 | D420 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 8/8/2013 | 4.580,50 | D421 |
| 12/8/2013 | 19,00 | D422 |
| 16/8/2013 | 13,50 | D423 |
| 18/8/2013 | 161,48 | D424 |
| 19/8/2013 | 8,20 | D425 |
| 24/8/2013 | 172,09 | D426 |
| 13/8/2013 | 27,30 | D427 |
| 13/8/2013 | 158,90 | D428 |
| 13/8/2013 | 62,99 | D429 |
| 23/8/2013 | 26,83 | D430 |
| 29/8/2013 | 91,25 | D431 |
| 28/8/2013 | 19,90 | D432 |
| 13/8/2013 | 2,00 | D433 |
| 16/8/2013 | 22,00 | D434 |
| 17/8/2013 | 7,00 | D435 |
| 13/8/2013 | 2,00 | D436 |
| 19/8/2013 | 5,00 | D437 |
| 20/8/2013 | 5,50 | D438 |
| 19/8/2013 | 7,00 | D439 |
| 17/8/2013 | 162,60 | D440 |
| 21/8/2013 | 39,10 | D441 |
| 22/8/2013 | 90,28 | D442 |
| 26/8/2013 | 69,49 | D443 |
| 20/8/2013 | 25,49 | D444 |
| 10/8/2013 | 62,00 | D445 |
| 22/8/2013 | 56,60 | D446 |
| 19/8/2013 | 82,86 | D447 |
| 20/8/2013 | 84,58 | D448 |
| 22/8/2013 | 108,35 | D449 |
| 25/8/2013 | 120,00 | D450 |
| 26/8/2013 | 114,00 | D451 |
| 22/8/2013 | 25,00 | D452 |
| 26/8/2013 | 56,50 | D453 |
| 26/8/2013 | 17,70 | D454 |
| 15/8/2013 | 22,00 | D455 |
| 8/8/2013 | 30,00 | D456 |
| 21/8/2013 | 15,00 | D457 |
| 11/8/2013 | 6,51 | D458 |
| 26/11/2013 | 4,60 | D459 |
| 15/8/2013 | 74,40 | D460 |
| 11/1/2013 | 20,00 | D461 |
| 9/8/2013 | 100,00 | D462 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 9/8/2013 | 100,00 | D463 |
| 29/8/2013 | 470,00 | D464 |
| 16/9/2013 | 30,00 | D465 |
| 22/8/2013 | 1.000,00 | D466 |
| 20/8/2013 | 190,00 | D467 |
| 19/9/2013 | 267,10 | D468 |
| 8/10/2013 | 4.000,00 | D469 |
| 25/8/2013 | 10.925,57 | D470 |
| 10/10/2013 | 154,50 | D471 |
| 30/9/2013 | 1,10 | D472 |
| 30/9/2013 | 2,90 | D473 |
| 27/9/2013 | 8,00 | D474 |
| 6/10/2013 | 5,40 | D475 |
| 6/10/2013 | 5,40 | D476 |
| 6/10/2013 | 6,60 | D477 |
| 6/10/2013 | 6,60 | D478 |
| 27/9/2013 | 27,00 | D479 |
| 29/9/2013 | 75,00 | D480 |
| 7/10/2013 | 45,00 | D481 |
| 30/9/2013 | 18,00 | D482 |
| 9/10/2013 | 17,50 | D483 |
| 3/9/2013 | 48,00 | D484 |
| 2/9/2013 | 36,00 | D485 |
| 2/9/2013 | 40,00 | D486 |
| 31/5/2013 | 5,80 | D487 |
| 18/4/2013 | 7,00 | D488 |
| 22/8/2013 | 23,64 | D489 |
| 14/11/2013 | 2,00 | D490 |
| 22/10/2013 | 2,00 | D491 |
| 22/11/2013 | 9,00 | D492 |
| 22/11/2013 | 250,00 | D493 |
| 22/11/2013 | 20,78 | D494 |
| 22/11/2013 | 18,19 | D495 |
| 22/11/2013 | 4,90 | D496 |
| 28/10/2013 | 2,00 | D497 |
| 23/11/2013 | 2,00 | D498 |
| 27/10/2013 | 42,00 | D499 |
| 25/10/2013 | 12,00 | D500 |
| 3/10/2013 | 8,00 | D501 |
| 1/10/2013 | 22,00 | D502 |
| 5/10/2013 | 5,00 | D503 |
| 6/10/2013 | 17,00 | D504 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 7/10/2013 | 17,00 | D505 |
| 5/10/2013 | 17,00 | D506 |
| 30/9/2013 | 3,00 | D507 |
| 30/10/2013 | 9,00 | D508 |
| 1/10/2013 | 50,02 | D509 |
| 30/9/2013 | 57,14 | D510 |
| 7/10/2013 | 78,07 | D511 |
| 4/10/2013 | 84,03 | D512 |
| 30/9/2013 | 113,95 | D513 |
| 30/9/2013 | 17,00 | D514 |
| 30/9/2013 | 6,50 | D515 |
| 1/10/2013 | 111,77 | D516 |
| 30/9/2013 | 24,30 | D517 |
| 29/9/2013 | 54,00 | D518 |
| 29/9/2013 | 5,50 | D519 |
| 29/9/2013 | 138,00 | D520 |
| 29/9/2013 | 23,00 | D521 |
| 4/10/2013 | 150,00 | D522 |
| 4/10/2013 | 4,00 | D523 |
| 3/10/2013 | 83,42 | D524 |
| 4/10/2013 | 16,00 | D525 |
| 4/10/2013 | 18,00 | D526 |
| 3/10/2013 | 33,20 | D527 |
| 3/10/2013 | 141,13 | D528 |
| 1/10/2013 | 156,22 | D529 |
| 1/10/2013 | 40,26 | D530 |
| 1/7/2013 | 197,78 | D531 |
| 5/10/2013 | 85,77 | D532 |
| 6/10/2013 | 245,41 | D533 |
| 4/10/2013 | 59,30 | D534 |
| 1/10/2013 | 9,92 | D535 |
| 25/9/2013 | 308,00 | D536 |
| 1/10/2013 | 27,00 | D537 |
| 1/10/2013 | 8,80 | D538 |
| 1/10/2013 | 104,12 | D539 |
| 14/10/2013 | 57,00 | D540 |
| 11/10/2013 | 32,29 | D541 |
| 13/10/2013 | 44,97 | D542 |
| 11/10/2013 | 35,00 | D543 |
| 1/10/2013 | 22,00 | D544 |
| 1/10/2013 | 20,04 | D545 |
| 1/10/2013 | 2,00 | D546 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 20/7/2013 | 70,81 | D547 |
| 27/9/2013 | 48,51 | D548 |
| 20/9/2013 | 57,20 | D549 |
| 20/9/2013 | 44,99 | D550 |
| 25/9/2013 | 14,00 | D551 |
| 25/9/2013 | 44,50 | D552 |
| 25/9/2013 | 74,00 | D553 |
| 24/10/2013 | 144,10 | D554 |
| 24/9/2013 | 2,00 | D555 |
| 25/9/2013 | 2,00 | D556 |
| 6/11/2013 | 14,00 | D557 |
| 10/10/2013 | 9.000,00 | D558 |
| 8/10/2013 | 4.000,00 | D559 |
| 27/11/2013 | 3.000,00 | D560 |
| 10/12/2013 | 156,69 | D561 |
| 21/9/2013 | 15,00 | D562 |
| 8/10/2013 | 30,00 | D563 |
| 4/1/2013 | 2,40 | D564 |
| 22/10/2013 | 20,00 | D565 |
| 8/10/2013 | 33,79 | D566 |
| 9/10/2013 | 6,90 | D567 |
| 10/10/2013 | 68,20 | D568 |
| 9/10/2013 | 48,08 | D569 |
| 10/10/2013 | 13,23 | D570 |
| 18/10/2013 | 146,00 | D571 |
| 4/11/2013 | 20,00 | D572 |
| 4/11/2013 | 20,00 | D573 |
| 13/11/2013 | 5,10 | D574 |
| 13/11/2013 | 8,00 | D575 |
| 22/11/2013 | 167,98 | D576 |
| 22/11/2013 | 25,00 | D577 |
| 31/10/2013 | 17,15 | D578 |
| 19/9/2013 | 23,96 | D579 |
| 20/9/2013 | 22,90 | D580 |
| 6/11/2013 | 112,75 | D581 |
| 9/11/2013 | 17,39 | D582 |
| 19/11/2013 | 11,90 | D583 |
| 11/11/2013 | 19,81 | D584 |
| 5/11/2013 | 22,70 | D585 |
| 11/11/2013 | 35,54 | D586 |
| 23/11/2013 | 26,10 | D587 |
| 9/11/2013 | 61,90 | D588 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 20/11/2013 | 95,86 | D589 |
| 24/11/2013 | 19,50 | D590 |
| 1/11/2013 | 19,00 | D591 |
| 30/11/2013 | 119,80 | D592 |
| 23/11/2013 | 45,00 | D593 |
| 26/11/2013 | 175,12 | D594 |
| 23/11/2013 | 10,50 | D595 |
| 23/11/2013 | 9,00 | D596 |
| 23/11/2013 | 238,05 | D597 |
| 27/11/2013 | 44,28 | D598 |
| 27/11/2013 | 12,48 | D599 |
| 24/11/2013 | 78,54 | D600 |
| 24/11/2013 | 17,00 | D601 |
| 24/11/2013 | 5,00 | D602 |
| 24/11/2013 | 10,50 | D603 |
| 24/11/2013 | 58,30 | D604 |
| 25/11/2013 | 17,00 | D605 |
| 25/11/2013 | 110,95 | D606 |
| 25/11/2013 | 12,90 | D607 |
| 25/11/2013 | 19,80 | D608 |
| 5/11/2013 | 134,90 | D609 |
| 25/11/2013 | 6,00 | D610 |
| 26/11/2013 | 17,94 | D611 |
| 18/11/2013 | 4,49 | D612 |
| 21/1/2013 | 22,75 | D613 |
| 9/8/2013 | 294,05 | D614 |
| 8/11/2013 | 14,88 | D615 |
| 24/11/2013 | 16,29 | D616 |
| 21/11/2013 | 4,49 | D617 |
| 21/11/2013 | 28,00 | D618 |
| 7/11/2013 | 108,90 | D619 |
| 7/11/2013 | 12,15 | D620 |
| 19/10/2013 | 83,32 | D621 |
| 15/10/2013 | 93,98 | D622 |
| 11/11/2013 | 12,04 | D623 |
| 26/11/2013 | 25,95 | D624 |
| 7/11/2013 | 4.000,00 | D625 |
| 12/11/2013 | 606,53 | D626 |
| 28/10/2013 | 61,00 | D627 |
| 31/10/2013 | 55,00 | D628 |
| 8/10/2013 | 187,42 | D629 |
| 7/11/2013 | 7.000,00 | D630 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 13/10/2013 | 60,00 | D631 |
| 29/10/2013 | 1.000,00 | D632 |
| 25/11/2013 | 56,00 | D633 |
| 13/5/2013 | 8,45 | D634 |
| 14/11/2013 | 73,50 | D635 |
| 13/11/2013 | 17,50 | D636 |
| 13/11/2013 | 38,50 | D637 |
| 11/11/2013 | 40,40 | D638 |
| 11/11/2013 | 4,00 | D639 |
| 11/11/2013 | 5,49 | D640 |
| 12/11/2013 | 71,00 | D641 |
| 12/11/2013 | 9,60 | D642 |
| 5/11/2013 | 8,09 | D643 |
| 29/10/2013 | 37,83 | D644 |
| 5/11/2013 | 47,46 | D645 |
| 23/10/2013 | 4,74 | D646 |
| 15/1/2013 | 49,90 | D647 |
| 11/11/2013 | 27,55 | D648 |
| 28/11/2013 | 46,02 | D649 |
| 11/11/2013 | 60,64 | D650 |
| 23/10/2013 | 15,00 | D651 |
| 27/10/2013 | 25,00 | D652 |
| 18/10/2013 | 34,85 | D653 |
| 25/10/2013 | 45,75 | D654 |
| 20/10/2013 | 4,90 | D655 |
| 28/9/2013 | 326,59 | D656 |
| 11/10/2013 | 9,00 | D657 |
| 28/10/2013 | 2,00 | D658 |
| 26/9/2013 | 413,00 | D659 |
| 14/10/2013 | 23,00 | D660 |
| 19/11/2013 | 70,00 | D661 |
| 18/11/2013 | 30,00 | D662 |
| 20/11/2013 | 90,00 | D663 |
| 20/11/2013 | 110,24 | D664 |
| 10/10/2013 | 294,50 | D665 |
| 28/10/2013 | 118,16 | D666 |
| 7/10/2013 | 126,35 | D667 |
| 1/10/2013 | 92,35 | D668 |
| 24/10/2013 | 2,80 | D669 |
| 20/10/2013 | 177,00 | D670 |
| 13/10/2013 | 17,00 | D671 |
| 9/10/2013 | 7,40 | D672 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 21/10/2013 | 6,50 | D673 |
| 31/10/2013 | 58,00 | D674 |
| 30/10/2013 | 129,00 | D675 |
| 24/10/2013 | 9,50 | D676 |
| 13/10/2013 | 4,25 | D677 |
| 19/10/2013 | 16,65 | D678 |
| 23/10/2013 | 5,49 | D679 |
| 31/10/2013 | 0,95 | D680 |
| 25/10/2013 | 9,90 | D681 |
| 31/10/2013 | 7,40 | D682 |
| 4/10/2013 | 11,87 | D683 |
| 21/9/2013 | 91,85 | D684 |
| 22/10/2013 | 37,00 | D685 |
| 30/9/2013 | 27,27 | D686 |
| 4/9/2013 | 43,31 | D687 |
| 12/11/2013 | 51,05 | D688 |
| 5/12/2013 | 1.415,00 | D689 |
| 31/10/2013 | 9.339,55 | D690 |
| 9/12/2013 | 82,60 | D691 |
| 22/11/2013 | 30,25 | D692 |
| 4/12/2013 | 137,61 | D693 |
| 10/12/2013 | 100,85 | D694 |
| 10/12/2013 | 27,00 | D695 |
| 10/12/2013 | 163,90 | D696 |
| 8/12/2013 | 50,00 | D697 |
| 27/11/2013 | 63,00 | D698 |
| 8/12/2013 | 50,00 | D699 |
| 13/11/2013 | 22,00 | D700 |
| 6/11/2013 | 25,00 | D701 |
| 10/12/2013 | 16,00 | D702 |
| 23/11/2013 | 31,79 | D703 |
| 9/12/2013 | 4.899,36 | D704 |
| 2/12/2013 | 84,30 | D705 |
| 3/12/2013 | 67,90 | D706 |
| 4/12/2013 | 87,40 | D707 |
| 5/12/2013 | 67,90 | D708 |
| 6/12/2013 | 62,00 | D709 |
| 7/11/2013 | 7.000,00 | D710 |
| 11/12/2013 | 640,00 | D711 |
| 13/12/2013 | 500,00 | D712 |
| 11/12/2013 | 1.000,00 | D713 |
| 17/12/2013 | 190,07 | D714 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 1/9/2014 | 27.000,00 | D715 |
| 13/12/2013 | 6.557,70 | D716 |
| 13/1/2014 | 16,50 | D717 |
| 10/1/2014 | 14,50 | D718 |
| 10/12/2013 | 100,46 | D719 |
| 10/11/2013 | 9,50 | D720 |
| 4/12/2013 | 10,00 | D721 |
| 9/12/2013 | 11,90 | D722 |
| 8/1/2014 | 49,00 | D723 |
| 7/1/2014 | 68,50 | D724 |
| 19/12/2013 | 43,00 | D725 |
| 19/12/2013 | 87,40 | D726 |
| 13/12/2013 | 5,10 | D727 |
| 15/12/2013 | 13,80 | D728 |
| 13/12/2013 | 18,22 | D729 |
| 9/1/2014 | 87,40 | D730 |
| 15/12/2013 | 3,00 | D731 |
| 17/12/2013 | 4,50 | D732 |
| 15/12/2013 | 26,80 | D733 |
| 17/12/2013 | 60,10 | D734 |
| 18/12/2013 | 6,67 | D735 |
| 18/12/2013 | 67,90 | D736 |
| 18/12/2013 | 5,10 | D737 |
| 17/1/2014 | 26,02 | D738 |
| 17/1/2014 | 45,00 | D739 |
| 3/1/2014 | 40,50 | D740 |
| 26/12/2013 | 25,45 | D741 |
| 17/12/2013 | 19,17 | D742 |
| 26/12/2013 | 11,60 | D743 |
| 30/12/2013 | 23,16 | D744 |
| 5/1/2014 | 116,05 | D745 |
| 14/7/2014 | 51,00 | D746 |
| 25/7/2014 | 46,50 | D747 |
| 23/7/2014 | 25,00 | D748 |
| 22/7/2014 | 134,45 | D749 |
| 1/7/2014 | 49,90 | D750 |
| 9/5/2014 | 38,00 | D751 |
| 9/5/2014 | 27,00 | D752 |
| 6/5/2014 | 21,00 | D753 |
| 4/5/2014 | 32,00 | D754 |
| 17/4/2014 | 15,15 | D755 |
| 3/12/2013 | 124,75 | D756 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 9/12/2013 | 82,50 | D757 |
| 13/12/2013 | 50,00 | D758 |
| 18/12/2013 | 43,00 | D759 |
| 26/12/2013 | 47,00 | D760 |
| 6/12/2013 | 52,00 | D761 |
| 17/12/2013 | 22,00 | D762 |
| 6/12/2013 | 50,00 | D763 |
| 4/12/2013 | 20,90 | D764 |
| 17/12/2013 | 108,18 | D765 |
| 12/7/2013 | 4.400,00 | D775 |
| 8/8/2013 | 4.400,00 | D776 |
| 5/9/2013 | 700,00 | D777 |
| 11/10/2013 | 700,00 | D778 |
| 11/11/2013 | 700,00 | D779 |
| 5/12/2013 | 700,00 | D780 |
| 7/2/2014 | 2.250,00 | D781 |
| 3/12/2013 | 2.400,00 | D782 |

21.2.1. Cofre credor: Fundo Nacional de Cultura - Divisão de Execução Orçamentária do FNC.

21.2.2. **Responsável**: Hkauffmann Produção de Imagens Ltda.

21.2.2.1. **Conduta:** não apresentar documentação suficiente para estabelecer o nexo de causalidade entre os recursos recebidos e as despesas realizadas.

21.2.2.2. Nexo de causalidade: A impossibilidade de se estabelecer o nexo de causalidade entre os recursos recebidos e as despesas realizadas implica a não comprovação do correspondente valor repassado.

21.2.2.3. Culpabilidade: Não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade. É razoável supor que o(a) responsável tinha consciência da ilicitude de sua conduta. Era exigível conduta diversa da praticada, qual seja, apresentar toda a documentação necessária e suficiente para comprovação do nexo de causalidade entre os recursos recebidos no instrumento em questão e as despesas realizadas.

21.2.3. **Responsável**: Iara Marly Kauffmann.

21.2.3.1. **Conduta:** não apresentar documentação suficiente para estabelecer o nexo de causalidade entre os recursos recebidos e as despesas realizadas.

21.2.3.2. Nexo de causalidade: A impossibilidade de se estabelecer o nexo de causalidade entre os recursos recebidos e as despesas realizadas implica a não comprovação do correspondente valor repassado.

21.2.3.3. Culpabilidade: Não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade. É razoável supor que o(a) responsável tinha consciência da ilicitude de sua conduta. Era exigível conduta diversa da praticada, qual seja, apresentar toda a documentação necessária e suficiente para comprovação do nexo de causalidade entre os recursos recebidos no instrumento em questão e as despesas realizadas.

22. Encaminhamento: citação.

22.1. **Irregularidade 2:** realização de pagamentos em despesas não financiáveis com os recursos federais, em desacordo com o item 3.12 do edital Prodav 1/2009.

22.1.1. Evidências da irregularidade: documento técnico presente na peça 38.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

22.1.2. Normas infringidas: art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93, do Decreto-lei 200/1967; art. 66, do Decreto 93.872/1986, Cláusula 3.12 do Edital Prodav 1/2009.

22.2. Débitos relacionados aos responsáveis Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly Kauffmann:

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) | Identificador |
|---|---|---|
| 6/12/2013 | 8,00 | D11 |
| 6/12/2013 | 8,00 | D12 |
| 20/1/2014 | 611,59 | D21 |
| 8/10/2013 | 37,25 | D39 |
| 20/12/2013 | 62,92 | D47 |
| 20/11/2013 | 17,33 | D48 |
| 20/12/2013 | 10,80 | D63 |
| 22/1/2014 | 50,00 | D80 |
| 24/1/2014 | 3,80 | D82 |
| 29/1/2014 | 35,00 | D87 |
| 24/2/2014 | 24,25 | D90 |
| 29/1/2014 | 114,51 | D91 |
| 11/4/2014 | 131,80 | D147 |
| 7/3/2014 | 439,32 | D190 |
| 12/3/2014 | 12,00 | D230 |
| 28/2/2014 | 75,76 | D233 |
| 28/7/2014 | 131,00 | D301 |
| 21/6/2013 | 27,10 | D309 |
| 27/6/2013 | 76,00 | D310 |
| 28/6/2013 | 19,00 | D317 |
| 24/7/2013 | 32,00 | D366 |
| 6/5/2013 | 588,00 | D373 |
| 6/6/2013 | 793,79 | D374 |
| 26/6/2013 | 7,21 | D375 |
| 23/7/2013 | 4.000,00 | D377 |
| 12/7/2013 | 49,30 | D378 |
| 26/6/2013 | 137,00 | D385 |
| 8/8/2013 | 83,00 | D386 |
| 20/8/2013 | 227,99 | D394 |
| 20/8/2013 | 24,36 | D395 |
| 23/8/2013 | 12,00 | D396 |
| 19/9/2013 | 60,00 | D419 |
| 28/8/2013 | 19,90 | D432 |
| 19/9/2013 | 267,10 | D468 |
| 30/9/2013 | 1,10 | D472 |
| 30/9/2013 | 2,90 | D473 |
| 27/9/2013 | 8,00 | D474 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| | | |
|---|---|---|
| 25/9/2013 | 308,00 | D536 |
| 11/10/2013 | 32,29 | D541 |
| 11/10/2013 | 35,00 | D543 |
| 20/7/2013 | 70,81 | D547 |
| 20/9/2013 | 57,20 | D549 |
| 20/9/2013 | 44,99 | D550 |
| 27/11/2013 | 3.000,00 | D560 |
| 21/9/2013 | 15,00 | D562 |
| 4/1/2013 | 2,40 | D564 |
| 18/10/2013 | 146,00 | D571 |
| 4/11/2013 | 20,00 | D572 |
| 7/11/2013 | 12,15 | D620 |
| 19/10/2013 | 83,32 | D621 |
| 15/10/2013 | 93,98 | D622 |
| 11/11/2013 | 4,00 | D639 |
| 17/12/2013 | 190,07 | D714 |
| 26/12/2013 | 11,60 | D743 |
| 12/11/2013 | 187,42 | D766 |
| 10/1/2014 | 451,25 | D767 |
| 6/2/2014 | 397,66 | D768 |
| 9/4/2014 | 405,41 | D769 |
| 30/4/2014 | 130,00 | D770 |
| 12/5/2014 | 419,20 | D771 |
| 14/5/2014 | 5.000,00 | D772 |
| 4/9/2014 | 500,80 | D773 |
| 10/6/2014 | 320,00 | D774 |

22.2.1. Cofre credor: Fundo Nacional de Cultura - Divisão de Execução Orçamentária do FNC.

22.2.2. **Responsável**: Hkauffmann Produção de Imagens Ltda.

22.2.2.1. **Conduta:** autorizar o pagamento de despesas que não podiam ser financiadas com os recursos provenientes do Contrato FINEP 02.13.0007.00 (Projeto Salic 11-7046), conforme estipulado na cláusula 3.12 do Edital Prodav 1/2009.

22.2.2.2. Nexo de causalidade: o pagamento de despesas não financiáveis implica a utilização de recursos federais em finalidade distinta da prevista, ocasionando prejuízo ao erário.

22.2.2.3. Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade; é razoável supor que o administrador responsável pela pessoa jurídica tinha consciência da ilicitude de sua conduta; era exigível conduta diversa da praticada, qual seja, por meio de seu dirigente, apenas autorizar pagamentos em despesas que podiam ser financiadas com os recursos do contrato, atendendo ao previsto na cláusula 3.12 do Edital Prodav 1/2009.

22.2.3. **Responsável**: Iara Marly Kauffmann.

22.2.3.1. **Conduta:** autorizar o pagamento de despesas que não podiam ser financiadas com os recursos provenientes do Contrato FINEP 02.13.0007.00 (Projeto Salic 11-7046), conforme estipulado na cláusula 3.12 do Edital Prodav 1/2009.

22.2.3.2. Nexo de causalidade: o pagamento de despesas não financiáveis implica a utilização



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

de recursos federais em finalidade distinta da prevista, ocasionando prejuízo ao erário.

22.2.3.3. Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade; é razoável supor que o administrador responsável pela pessoa jurídica tinha consciência da ilicitude de sua conduta; era exigível conduta diversa da praticada, qual seja, apenas autorizar pagamentos em despesas que podiam ser financiadas com os recursos do contrato, atendendo ao previsto na cláusula 3.12 do Edital Prodav 1/2009.

23. Encaminhamento: citação.

24. Apesar de o tomador de contas haver incluído Hilton Kauffmann como responsável neste processo, após análise realizada sobre a documentação acostada aos autos, concluiu-se que sua responsabilidade deve ser excluída, uma vez que não há evidências de que tenha tido participação nas irregularidades aqui verificadas.

25. Em cumprimento ao pronunciamento da unidade (peça 55), foram efetuadas citações dos responsáveis, nos moldes adiante:

c) Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. - promovida a citação do responsável, conforme delineado adiante:

| |
|---|
| **Comunicação**: Ofício 54813/2025 - Seproc (peça 130)<br>Data da Expedição: 31/12/2025<br>Data da Ciência: **14/1/2026** (peças 137 e 133)<br>Observação: Ofício enviado para o endereço do responsável, conforme pesquisa na base de dados no sistema da Receita Federal, custodiada pelo TCU (peça 128).<br>Fim do prazo para a defesa: 2/2/2026 |

d) Iara Marly Kauffmann - promovida a citação da responsável, conforme delineado adiante:

| |
|---|
| **Comunicação**: Ofício 54811/2025 - Seproc (peça 131)<br>Data da Expedição: 31/12/2025<br>Data da Ciência: **12/1/2026** (peça 132)<br>Observação: Ofício enviado para o endereço do responsável, conforme pesquisa na base de dados no sistema da Receita Federal, custodiada pelo TCU (peça 127).<br>Fim do prazo para a defesa: 2/2/2026 |
| **Comunicação**: Ofício 54812/2025 - Seproc (peça 129)<br>Data da Expedição: 31/12/2025<br>Data da Ciência: **14/1/2026** (peças 138 e 133)<br>Observação: Ofício enviado para o endereço do responsável, conforme pesquisa na base de dados no sistema do TSE, custodiada pelo TCU (peça 127).<br>Fim do prazo para a defesa: 2/2/2026 |

26. Conforme Despacho de Conclusão das Comunicações Processuais (peça 136), as providências inerentes às comunicações processuais foram concluídas.

27. Transcorrido o prazo regimental, os responsáveis Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly Kauffmann apresentaram defesa (peças 133 a 135), que será analisada na seção Exame Técnico.

**AVALIAÇÃO DA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO.**

28. Em relação à prescrição, o Supremo Tribunal Federal (STF), no Recurso Extraordinário 636.886, em 20/4/2020, fixou tese com repercussão geral de que 'é prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas' (Tema 899).

29. Posteriormente, o próprio TCU regulamentou o assunto por meio da Resolução-TCU 344, de 11/10/2022, à luz do disposto na Lei 9.873/1999, estabelecendo no art. 2º que prescrevem em cinco anos as pretensões punitiva e de ressarcimento nos processos de controle externo.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

30. O termo inicial da contagem do prazo prescricional está previsto no art. 4º da Resolução-TCU 344/2022. Da mesma forma, as situações de interrupção da prescrição foram elencadas no art. 5º. A prescrição intercorrente está regulada no art. 8º.

31. No mais, conforme decidido em precedentes do STF (MS 35.430-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes; MS 35.208-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli; MS 36.905-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso) os atos interruptivos prescindem de notificação, cientificação ou citação dos investigados, ocorrendo tão somente com o desaparecimento da inércia do Poder Público em investigar determinado fato.

32. No âmbito dessa Corte, o Acórdão 2.219/2023-TCU-Segunda Câmara (Relator Min. Jhonatan de Jesus) destacou que o ato inequívoco de apuração dos fatos constitui causa objetiva de interrupção do prazo prescricional, que atinge todos os possíveis responsáveis indistintamente, pois possui natureza geral, de sorte a possibilitar a identificação dos responsáveis. Contudo, a oitiva, a notificação, a citação ou a audiência (art. 5º, inciso I, do mencionado normativo) constituem causas de interrupção de natureza pessoal, com efeitos somente em relação ao responsável destinatário da comunicação do TCU.

33. Em tempo, por meio do Acórdão 534/2023-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), firmou-se entendimento de que o marco inicial da fluição da prescrição intercorrente se inicia somente a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária, consoante elencado no art. 5º da nominada Resolução.

34. No caso concreto, a tabela a seguir apresenta o termo inicial da contagem do prazo da prescrição ordinária (ou quinquenal) e os respectivos eventos processuais interruptivos/suspensivos da prescrição desta TCE (lista não exaustiva), segundo a Resolução-TCU 344/2022:

| Evento | Data | Documento | Resolução-TCU 344/2022 | Efeito |
|---|---|---|---|---|
| - | 15/3/2015 | Prazo final para apresentar a prestação de contas (informado na peça 19, p. 2) | Art. 4° inc. I | Marco inicial da contagem do prazo prescricional |
| 1 | 17/2/2017 | Laudo técnico reprovando o material do HD externo apresentado | Art. 5º, inc. II | 1ª interrupção prescrição principal - marco inicial prescrição intercorrente |
| 2 | 15/9/2017 | Diligência feita aos responsáveis (peças 12 e 15) | Art. 5º, inc. I | Sobre a principal, para a responsável notificada.<br>Sobre a intercorrente |
| 3 | 24/8/2020 | Relatório de acompanhamento 98/2020 (peça 19) | Art. 5º, inc. II | Sobre ambas |
| 4 | 23/11/2020 | Despacho 359-E/2020 da Ancine (peça 21) | Art. 5º, inc. II | Sobre ambas |
| 5 | 28/11/2020 | Despacho decisório 145-E/2020 reprovando os valores repassados em face da omissão no dever de prestar contas (peça 22) | Art. 5º, inc. II | Sobre ambas |
| 6 | 6/4/2021 | Notificação da empresa proponente (peça 31) | Art. 5º, inc. I | Sobre a principal, para a responsável notificada.<br>Sobre a intercorrente |
| 7 | 19/1/2023 | Notificação da empresa proponente (peça 36) | Art. 5º, inc. I | Sobre a principal, para a responsável notificada. |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| Evento | Data | Documento | Resolução-TCU 344/2022 | Efeito |
|---|---|---|---|---|
| | | | | Sobre a intercorrente |
| 8 | 22/5/2024 | Relatório de TCE (peça 42) | Art. 5º, inc. II | Sobre ambas |
| 9 | 22/7/2024 | Autuação do processo no TCU | Art. 5º, inc. II | Sobre ambas |
| 10 | 10/10/2024 | Instrução inicial no TCU (peça 53) | Art. 5º, inc. II | Sobre ambas |
| 11 | 20/3/2025 | Despacho do Ministro Relator (peça 88) | Art. 5º, inc. II | Sobre ambas |
| 12 | 5/11/2025 | Instrução da unidade técnica com proposta de citação (peça 125) | Art. 5º, inc. II | Sobre ambas |

35. Analisando-se o termo inicial da contagem do prazo prescricional, bem como a sequência de eventos processuais enumerados na tabela anterior, os quais teriam o condão de interromper a prescrição da ação punitiva desta Corte, conclui-se que não houve o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos entre cada evento processual capaz de caracterizar a ocorrência da prescrição ordinária (quinquenal), tampouco de 3 (três) anos entre cada evento processual, que pudesse evidenciar a prescrição intercorrente.

36. Portanto, levando-se em consideração o entendimento do STF anteriormente mencionado, bem como a vigente regulamentação do Tribunal, **não ocorreu a prescrição da pretensão sancionatória e ressarcitória a cargo do TCU.**

**ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS DE PROCEDIBILIDADE DA IN-TCU 71/2012**

37. Nas instruções anteriores, foi realizada a análise dos pressupostos de procedibilidade com base na Instrução Normativa TCU 71/2012. Contudo, considerando que o processo de Tomada de Contas Especial foi autuado em 22/7/2024, ainda sob a vigência da Instrução Normativa TCU 71/2012, faz-se necessária a realização de nova análise de procedibilidade, conforme os parâmetros estabelecidos por esta última normativa.

**Avaliação de Viabilidade do Exercício do Contraditório e Ampla Defesa**

38. Verifica-se que não houve o transcurso de mais de dez anos desde o fato gerador da irregularidade sancionada sem que tenha havido a notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa federal competente (arts. 6º, inciso II da IN-TCU 71/2012), uma vez que os recursos foram repassados entre 2013 e 2014 e foram notificados sobre a irregularidade pela autoridade administrativa competente, da seguinte maneira:

38.1. Hkauffmann Produção de Imagens Ltda., por meio do ofício acostado à peça 25, recebido em 12/1/2021, conforme AR (peça 29).

38.2. Iara Marly Kauffmann, por meio do ofício acostado à peça 27, recebido em 8/1/2021, conforme AR (peça 28).

**Valor de Constituição da TCE.**

39. O valor apurado nesta Tomada de Contas Especial (TCE) é inferior ao limite de R$ 100.000,00 estabelecido pela Instrução Normativa TCU 71/2012 para instauração de TCE. No entanto, tendo em vista que já foi realizada a citação dos responsáveis, procede-se com o exame do mérito em consonância com o art. 19 §1º do mesmo normativo: '§ 1º Instaurada a tomada de contas especial e citados os responsáveis, não se lhe admitirá o arquivamento, mesmo na hipótese de o valor apurado como débito ser inferior ao limite estabelecido no art. 6º desta Instrução Normativa.

40. A tomada de contas especial está, assim, devidamente constituída e em condição de ser instruída, razão pela qual será proposto o arquivamento dos autos, conforme detalhamento



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

constante no tópico a seguir.

**EXAME TÉCNICO**

**Da defesa dos responsáveis Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly Kauffmann (peças 133 a 135)**

Preliminar: prescrição

41. Preliminarmente, sustentam que ocorreu a prescrição punitiva e ressarcitória.

42. Apontam que a maior parte dos recursos foi repassada em 3/5/2013, há mais de 10 anos do encaminhamento da Tomada de Contas Especial (TCE) ao TCU e que a obrigação de prestar contas venceu em 15/3/2015, mas a decisão de reprovação das contas ocorreu apenas em 28/11/2020, sendo os Defendentes notificados em 12/1/2021.

43. Dizem que entre a notificação da Ancine sobre o Laudo da Cinemateca (6/9/2017) e a reprovação das contas (11/12/2020), passaram-se mais de 3 anos, configurando prescrição intercorrente.

Análise da preliminar

44. Informa-se que não ocorreu a prescrição intercorrente da pretensão punitiva e da ressarcitória entre os alegados eventos (notificação sobre o Laudo da Cinemateca e reprovação das contas), pois entre estes dois momentos ocorreram outros eventos interruptivos. Por exemplo, em 15/9/2017, foi feita diligência aos responsáveis (peças 12 e 16), enquanto em 24/8/2020 foi lavrado o Relatório de acompanhamento 98/2020 (peça 19).

45. Um detalhamento maior acerca dos eventos interruptivos da prescrição pode ser encontrado em análise efetuada em tópico prévio dedicado ao tema nesta instrução.

Alegação: prejuízo à ampla defesa e ao contraditório

46. Os responsáveis alegaram o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa foi comprometido em razão do lapso temporal transcorrido até a sua notificação.

47. Argumentaram que o sócio Hilton Kauffmann, que era o responsável pela gestão da produtora, faleceu em 2017, e que sua irmã, Iara Marly Kauffmann, que também figura como responsável, nunca esteve envolvida nos assuntos da empresa. Além disso, informaram que Iara está gravemente doente desde 2018, acometida por uma neoplasia maligna no cérebro, o que afeta sua saúde física e capacidade cognitiva, sendo atualmente representada por um de seus sobrinhos, filho de Hilton. Ressaltaram ainda que nem Iara nem os herdeiros de Hilton mantinham qualquer relação com a empresa, que se encontra inativa, o que, segundo eles, dificulta a produção de provas, a apresentação de documentos e outras providências necessárias para esclarecer os fatos relacionados ao projeto em questão.

Análise da alegação: prejuízo à ampla defesa e ao contraditório

48. Em relação ao lapso temporal, os recursos foram repassados em 2013, a obrigação de prestar contas venceu em 2015 e a notificação dos responsáveis foi realizada em 2021, dentro do limite temporal estabelecido nos normativos do TCU (dez anos). Assim, não há que se falar em prejuízo à ampla defesa e ao contraditório.

49. Os responsáveis alegaram que os herdeiros de Hilton Kauffmann não mantinham qualquer relação com a empresa e que isso dificultaria a produção de provas e documentos. No entanto, conforme análise prévia realizada na peça 77, os herdeiros não foram citados no processo, o que significa que não há qualquer obrigação legal ou expectativa de que eles participem diretamente da defesa ou da produção de documentos. A responsabilidade recai exclusivamente sobre os responsáveis formalmente indicados no contrato social e no processo, sendo irrelevante, para fins de contraditório e ampla defesa, a relação dos herdeiros com a empresa ou com os fatos apurados.

50. Quanto Iara Marly Kauffmann, embora seja alegado que nunca esteve envolvida nos assuntos da empresa, é fato que ela constava como administradora no contrato social da produtora. Essa



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

informação é suficiente para atribuir a ela a responsabilidade formal pela gestão da empresa, independentemente de sua alegação de não ter participado das atividades do dia a dia. O contrato social é o documento oficial que define os responsáveis legais pela empresa, e cabe aos administradores indicados nele cumprir as obrigações legais e gerenciais, incluindo a guarda de documentos e a prestação de contas.

51. O TCU não possui competência para verificar, de forma concreta, quem praticava as atividades diárias da empresa, pois essa análise ultrapassa os limites da fiscalização administrativa e financeira. O que importa, para fins de responsabilização, é a formalidade prevista no contrato social, que atribui a Iara a posição de administradora. Assim, sua alegação de que não geria a empresa não afasta sua responsabilidade legal, especialmente no que diz respeito à prestação de contas dos recursos públicos recebidos.

52. Os responsáveis também argumentaram que Iara está gravemente doente desde 2018, acometida por uma neoplasia maligna no cérebro, o que comprometeria sua capacidade física e cognitiva. Contudo, é necessário considerar que a pessoa jurídica não se confunde com a pessoa física de seus administradores. A empresa, enquanto entidade autônoma, possui obrigações legais que devem ser cumpridas independentemente das condições pessoais de seus sócios ou administradores. Entre essas obrigações está a guarda de documentos e a prestação de contas dos recursos públicos recebidos.

53. A doença de Iara, embora lamentável, não exime a empresa de suas responsabilidades legais. Cabe aos administradores da pessoa jurídica, no momento oportuno, garantir que os documentos sejam devidamente armazenados e que as obrigações sejam cumpridas. A alegação de que a empresa está inativa e que os documentos não foram preservados não pode ser utilizada como justificativa para o descumprimento das obrigações legais, especialmente porque o prazo de apresentação da prestação de contas expirou em 2015.

54. Diante do exposto, é possível concluir que as justificativas levantadas não afastam a responsabilidade legal dos administradores da empresa. Os herdeiros não foram citados no processo, e sua relação com a empresa é irrelevante para a análise do caso. Já Iara Marly Kauffmann constava como administradora no contrato social, o que atribui a ela a responsabilidade formal pela gestão da empresa, independentemente de sua alegação de não ter participado das atividades diárias. Por fim, a doença de Iara, embora lamentável, não exime a pessoa jurídica de suas obrigações legais, incluindo a guarda de documentos e a prestação de contas e não exime também sua responsabilidade, especialmente pelo fato de que as pendências documentais ocorreram antes, em 2015.

Alegação: da execução física do projeto

55. Argumentam que o objeto do contrato foi cumprido, com a produção e veiculação da série documental ‘Que É Que Eu Vou Fazer Da Minha Vida?’ e que a execução física do objeto deve ser suficiente para a aprovação das contas, diante da presunção de que os recursos foram destinados ao fim previsto.

56. Falam que a análise financeira só deve ocorrer em casos de não entrega do objeto ou denúncia de má utilização dos recursos, o que não é o caso. Dizem que há precedentes legislativos e jurisprudenciais que reforçam a análise da prestação de contas pelo cumprimento do objeto, como: Lei Cultura Viva (Lei 13.018/2014), que simplifica a prestação de contas fundamentada nos resultados previstos nos editais; Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014), que também prevê a análise pelo cumprimento do objeto; Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar 195/2022), que determina a análise pelo objeto, salvo em casos de descumprimento ou denúncia de irregularidade; Decreto Federal 11.453/2023 (Decreto do Fomento), que regulamenta o fomento direto e indireto à cultura, prevendo a prestação de contas pelo objeto para projetos de pequeno porte; Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), que consolida a análise pelo objeto como regra para o fomento à cultura.

57. Defendem ainda que o TCU possui jurisprudência favorável à aprovação de contas com ressalvas em casos semelhantes, como no Acórdão 2.623/2019 TCU - Plenário (caso ‘Chatô - O



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

Rei do Brasil') e citam a Lei 14.903/2024, que permite a aplicação da sistemática de prestação de contas pelo objeto a parcerias já encerradas, mas com análise em curso.

Análise da alegação

58. Em suma, defendem que houve o cumprimento integral do objeto e que as legislações atuais que versam sobre projetos culturais são no sentido de que somente devem ser exigidos comprovantes da execução financeira quando a execução física for reprovada.

59. Ocorre que cada forma de incentivo cultural tem uma regulamentação distinta.

60. No caso em tela, o próprio Contrato FINEP 02.13.0007.00, assinado em 21/1/2013, previa a apresentação da prestação de contas final dos recursos repassados, sendo inclusive prevista a penalidade de vencimento antecipado do contrato e/ou multa em caso de não cumprimento de tal obrigação (peça 3, p. 8).

61. Ainda, a Instrução Normativa 110/2012 da Ancine - vigente à época da celebração do contrato - traz diversas previsões da necessidade de apresentar comprovação de despesas, como se vê em trechos daquele normativo (grifo acrescido):

> 'Art. 11. Integram a prestação de contas os seguintes documentos em meio físico: (…)
>
> **II - Informações Financeiras; (…)**
>
> V - comprovantes de encerramento das contas-correntes de movimentação de recursos;
>
> VI - extrato das contas bancárias utilizadas pelo projeto, inclusive as contas de aplicação financeira, compreendendo o período da abertura até seu encerramento;
>
> Art. 12. A proponente **deverá manter os documentos originais que comprovem as despesas do projeto** arquivados na ordem em que se encontram dispostos em sua relação de pagamentos (Informações Financeiras), pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da conclusão da prestação de contas. (…)
>
> Art. 13. Os **comprovantes de despesas deverão obrigatoriamente ser emitidos em nome da proponente, devidamente identificados com o título do projeto**, sua numeração junto à ANCINE e item orçamentário a que se refere à despesa, observando-se demais formalidades contidas no Manual de Prestação de Contas.'

62. Inclusive, a Instrução Normativa 150/2019 da Ancine, que rege os incentivos fornecidos pela Agência atualmente, ainda prevê a apresentação das informações financeiras. Vejamos (grifo acrescido):

> 'Art. 8º A proponente deverá manter os documentos originais que comprovem a totalidade das despesas do projeto arquivados em meio físico, em ordem cronológica ou na ordem em que se encontrarem dispostos em sua Relação de Pagamentos, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da decisão final da análise da prestação de contas.
>
> Art. 9º Os comprovantes de despesas deverão obrigatoriamente estar identificados com o título do projeto e, quando houver, sua numeração junto à ANCINE (…)
>
> **ANEXO**
>
> Art. 1º Integram a prestação de contas os seguintes documentos:
>
> **I - Relação de Pagamentos;**
>
> II - Demonstrativo do Extrato da Conta Corrente (…)
>
> VI - extrato das contas bancárias utilizadas pelo projeto, inclusive as contas de aplicação financeira, compreendendo o período da abertura até seu encerramento (…)
>
> VIII - material comprobatório de cumprimento do objeto e finalidade, conforme previsto na Instrução Normativa 125, de 22 de dezembro de 2015.
>
> § 1º Os documentos previstos nos incisos I, II, e III relativos às prestações de contas entregues a



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

partir de 01/01/2019 deverão ser encaminhadas na forma de planilha eletrônica, por meio do Sistema de Triagem Financeira - STR.'

63. Diante do exposto, propõe-se não acolher o argumento apresentado, uma vez que a regulamentação aplicável ao Contrato FINEP 02.13.0007.00 previa expressamente a apresentação dos documentos que evidenciassem a execução financeira dos recursos federais repassados, não se acolhendo o pedido de julgamento de contas regulares.

Argumento: análise da documentação apresentada

64. Quanto às notas fiscais sem discriminação, esclarecem que 'apesar da falha formal no preenchimento da nota fiscal, diante do orçamento do projeto, da atividade exercida pelas empresas e, notadamente, pela realização do produto audiovisual, é possível fazer o nexo causal' (peça 133, p. 10).

65. Em relação às despesas não financiáveis, os Defendentes falam que aguardam análise contábil e se comprometem a restituir valores ao Erário, caso sejam confirmadas impropriedades.

66. No que concerne as despesas sem documentos fiscais, alegam que os documentos das despesas foram apresentados em três momentos - 18/03/2025 (peças 81 a 86), 27/03/2025 (peças 91 a 93) e 10/07/2025 (peças 100 a 110) - e que há indícios de que o último conjunto de documentos (peças 100 a 110) não foi analisado pela Ancine.

67. Sendo assim, requerem que a Ancine avalie todos os elementos previamente apresentados.

68. Ademais, apresentam novos comprovantes de despesa no valor de R$ 197.046,64, anexados às Alegações de Defesa (peças 134 e 135) e afirmam que 'seguem buscando nos arquivos da empresa, já há alguns anos inativa, os demais comprovantes, que poderão ser trazidos a qualquer momento ao conhecimento desta Corte' (peça 133, p. 10).

Análise da alegação

69. Como visto, o débito levantado nesta TCE é oriundo de duas irregularidades:

a) Irregularidade 1: ausência de nexo de causalidade entre os recursos recebidos e as despesas realizadas em virtude da ausência de discriminação dos serviços prestados em alguns documentos fiscais, além da não apresentação de documentos fiscais probatórios de algumas despesas.

b) Irregularidade 2: realização de pagamentos em despesas não financiáveis com os recursos federais, em desacordo com o item 3.12 do edital Prodav 1/2009.

70. Recordadas as irregularidades, passa-se à análise dos argumentos apresentados.

71. Primeiramente, informa-se que a ausência de detalhamento do serviço prestado, do equipamento locado e/ou dos hóspedes (irregularidade 1) impede o estabelecimento de nexo dos pagamentos feitos com o objeto executado, razão pela qual não se acolhe o argumento de que seria possível estabelecer o nexo causal entre as despesas e o objeto. Como não foram trazidos outros argumentos relativos a tal irregularidade, permanecem impugnadas as parcelas de débito relativas à não discriminação das despesas.

72. Continuando a análise, em relação à ausência de documentos fiscais (também incluído na irregularidade 1), informo que há indícios de que a Ancine de fato não analisou todos os documentos apresentados previamente, como alegado pelos responsáveis. Por exemplo, as notas fiscais constantes na peça 105, p. 2-4, emitidas pela empresa JPM Viagens foram consideradas como ausentes pela Ancine, mas já haviam sido enviadas e constavam dos autos quando a agência foi diligenciada a analisar a prestação de contas.

73. Diante destes indícios e da necessidade de prosseguir com a instrução processual, realizou-se análise de todos os documentos fiscais enviados pelos responsáveis previamente e dos novos trazidos em sua defesa (peças 134 e 135).

74. Como resultado desta análise, foram encontrados documentos fiscais que não haviam sido considerados nas análises da Ancine e que são relativos a itens financiáveis no total de



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

R$ 233.879,18 (v. tabela detalhada no Anexo I desta instrução). Diante da comprovação das despesas, propõe-se que as parcelas de débito relativas a estes pagamentos sejam afastadas, reduzindo o valor a ser atribuído aos responsáveis.

75. Informa-se que outros documentos fiscais trazidos pelos responsáveis, embora não tenham sido analisados previamente pela Ancine, não foram aproveitados para reduzir o débito por serem relativos a despesas não financiáveis (v. Anexo II), por estarem ilegíveis ou por não serem relativos às parcelas impugnadas.

76. Por fim, quanto à irregularidade 2, não foram trazidas justificativas para os gastos em itens não financiáveis, tendo os responsáveis inclusive mencionado que recolheriam os valores devidos. Sendo assim, mantém-se o valor impugnado previamente em decorrência de tal irregularidade.

77. Resumindo todo o exposto, tem-se o seguinte panorama:

a) as parcelas de débito relativas à ausência de discriminação dos serviços devem ser mantidas;

b) as parcelas de débito relativas às despesas comprovadas com os documentos fiscais que não haviam sido considerados pela Ancine (R$ 233.879,18) devem ser retiradas do valor em apuração nesta TCE;

c) as parcelas de débito relativas aos pagamentos de itens não financiáveis devem ser mantidas.

78. Com base nestas conclusões e feitos os devidos abatimentos, tem-se um débito remanescente nesta TCE, atualizado conforme forma estabelecida no § 4º, inciso I da IN TCU 71/2012, corresponde a R$ 92.752,66 em 1/1/2017 (v. parcelas de débito no Anexo III desta instrução), inferior ao limite de R$ 100.000,00 estabelecido naquela norma para instauração de TCE. No entanto, procede-se com o exame do mérito em consonância com o art. 19 §1º do mesmo normativo: '§ 1º Instaurada a tomada de contas especial e citados os responsáveis, não se lhe admitirá o arquivamento, mesmo na hipótese de o valor apurado como débito ser inferior ao limite estabelecido no art. 6º desta Instrução Normativa.

79. Da análise procedida acima, verifica-se que os argumentos de defesa não foram suficientes para elidir as irregularidades pela qual estão sendo responsabilizados, mas conseguiram afastar parte do dano imputado inicialmente, já que foram comprovados R$ 233.879,18 em despesas previamente impugnadas, razão pela qual devem ser acolhidos parcialmente.

80. Não há elementos para que se possa efetivamente aferir e reconhecer a ocorrência de boa-fé na conduta de Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly Kauffmann, podendo este Tribunal, desde logo, proferir o julgamento de mérito pela irregularidade das contas, conforme os termos dos §§ 2º e 6º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, condenando-se os responsáveis ao débito remanescente apurado e aplicando-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

**Dolo ou Erro Grosseiro no TCU (art. 28 da Lindb)**

81. Cumpre avaliar, por fim, a caracterização do dolo ou erro grosseiro, no caso concreto, tendo em vista a diretriz constante do art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - Lindb) acerca da responsabilização de agentes públicos no âmbito da atividade controladora do Estado. Desde a entrada em vigor da Lei 13.655/2018 (que inseriu os artigos 20 a 30 ao texto da Lindb), essa análise vem sendo incorporada cada vez mais aos acórdãos do TCU, com vistas a aprimorar a individualização das condutas e robustecer as decisões que aplicam sanções aos responsáveis.

82. Acerca da jurisprudência que vem se firmado sobre o tema, as decisões até o momento proferidas parecem se inclinar majoritariamente para a equiparação conceitual do 'erro grosseiro' à 'culpa grave'. Para fins do exercício do poder sancionatório do TCU, tem-se considerado como erro grosseiro o que resulta de grave inobservância do dever de cuidado e zelo com a coisa pública (Acórdão 2.391/2018-TCU-Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler; Acórdão 2.924/2018-Plenário, Rel. Min. José Mucio Monteiro; Acórdão 11.762/2018-TCU-Segunda Câmara, Rel. Min.-Substituto Marcos Bemquerer; e Acórdãos 957/2019, 1.264/2019 e 1.689/2019, todos do Plenário, Rel. Min. Augusto Nardes).



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

83. Quanto ao alcance da expressão ‘erro grosseiro’, o Ministro Antônio Anastasia defende que o correto seria considerar ‘o erro grosseiro como culpa grave, mas mantendo o referencial do homem médio’ (Acórdão 2.012/2022-TCU-Segunda Câmara). Desse modo, incorre em erro grosseiro o gestor que falha gravemente nas circunstâncias em que não falharia aquele que emprega um nível de diligência normal no desempenho de suas funções, considerando os obstáculos e dificuldades reais que se apresentavam à época da prática do ato impugnado (art. 22 da Lindb).

84. No caso em tela, a não apresentação da documentação que comprovasse as despesas e a realização de despesas não financiáveis configuram violação não só às regras legais, mas também a princípios basilares da administração pública. Depreende-se, portanto, que a conduta do responsável se distanciou daquela que seria esperada de um administrador médio, a revelar grave inobservância no dever de cuidado no trato com a coisa pública, num claro exemplo de erro grosseiro a que alude o art. 28 da Lindb (Acórdão 1.689/2019-TCU-Plenário, Rel. Min. Augusto Nardes; Acórdão 2.924/2018-TCU-Plenário, Rel. Min. José Mucio Monteiro; e Acórdão 2.391/2018-TCU-Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler).

## CONCLUSÃO

85. Em face da análise promovida na seção ‘Exame Técnico’, propõe-se acolher parcialmente as alegações de defesa de Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly Kauffmann, uma vez que não foram suficientes para sanar as irregularidades a eles atribuídas, mas conseguiram afastar parte do débito apurado. Ademais, inexistem nos autos elementos que demonstrem a boa-fé dos responsáveis ou a ocorrência de outras excludentes de culpabilidade.

86. Verifica-se também que não houve a prescrição da pretensão punitiva, conforme análise já realizada.

87. Tendo em vista que não constam dos autos elementos que permitam reconhecer a boa-fé dos responsáveis, sugere-se que suas contas sejam julgadas irregulares, nos termos do art. 202, § 6º, do Regimento Interno do TCU, com a imputação do débito atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos do art. 202, § 1º do Regimento Interno do TCU, descontado o valor eventualmente recolhido, com a aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

## PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

88. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo ao Tribunal:

a) acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly Kauffmann;

b) excluir da relação processual Hilton Kauffmann;

c) julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas dos responsáveis Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly Kauffmann, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Cultura - Divisão de Execução Orçamentária do FNC, nos termos do art. 23, inciso III, alínea ‘a’, da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno do TCU.

Débitos relacionados ao responsável Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. (32.056.954/0001-02) em solidariedade com Iara Marly Kauffmann:

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 19/12/2013 | 6,00 |
| 06/12/2013 | 12,00 |
| 06/12/2013 | 8,00 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 06/12/2013 | 8,00 |
| 02/12/2013 | 2,16 |
| 15/11/2013 | 9,41 |
| 20/01/2014 | 611,59 |
| 13/11/2013 | 28,00 |
| 08/10/2013 | 37,25 |
| 18/11/2013 | 2,00 |
| 06/11/2013 | 0,20 |
| 20/12/2013 | 62,92 |
| 20/11/2013 | 17,33 |
| 20/12/2013 | 10,8 |
| 30/01/2014 | 5,50 |
| 30/01/2014 | 11,20 |
| 22/01/2014 | 50,00 |
| 24/01/2014 | 12,20 |
| 24/01/2014 | 3,8 |
| 24/01/2014 | 12,20 |
| 29/01/2014 | 35,00 |
| 30/01/2014 | 6,00 |
| 24/02/2014 | 24,25 |
| 29/01/2014 | 114,51 |
| 28/01/2014 | 88,00 |
| 24/01/2014 | 67,00 |
| 03/10/2014 | 3.000,00 |
| 17/12/2013 | 87,40 |
| 29/01/2014 | 48,00 |
| 27/11/2013 | 43,00 |
| 11/04/2014 | 131,80 |
| 02/02/2014 | 21,00 |
| 02/10/2012 | 5,00 |
| 07/03/2014 | 439,32 |
| 01/03/2014 | 33,00 |
| 04/03/2014 | 36,00 |
| 01/03/2014 | 4,50 |
| 15/02/2014 | 66,00 |
| 11/03/2014 | 22,50 |
| 17/03/2014 | 24,00 |
| 03/03/2014 | 27,00 |
| 21/03/2014 | 22,50 |
| 22/02/2014 | 4,40 |
| 28/02/2014 | 13,90 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 27/02/2014 | 9,50 |
| 18/02/2014 | 8,30 |
| 04/11/2013 | 2,20 |
| 22/02/2014 | 53,80 |
| 22/02/2014 | 12,60 |
| 28/02/2014 | 8,75 |
| 28/02/2014 | 2,65 |
| 01/03/2014 | 6,50 |
| 05/03/2014 | 25,50 |
| 05/03/2014 | 31,80 |
| 12/02/2014 | 31,24 |
| 07/03/2014 | 8,00 |
| 20/02/2014 | 19,80 |
| 26/02/2014 | 27,40 |
| 26/02/2014 | 13,65 |
| 22/01/2014 | 9,00 |
| 27/02/2014 | 32,10 |
| 21/02/2014 | 60,50 |
| 21/02/2014 | 39,60 |
| 20/02/2014 | 19,80 |
| 20/02/2014 | 34,80 |
| 10/02/2014 | 40,90 |
| 06/02/2014 | 23,00 |
| 12/02/2014 | 34,39 |
| 12/02/2014 | 39,60 |
| 09/01/2014 | 15,00 |
| 13/02/2014 | 45,00 |
| 12/03/2014 | 12,00 |
| 17/03/2014 | 18,00 |
| 14/01/2014 | 32,35 |
| 28/02/2014 | 75,76 |
| 05/03/2014 | 11,96 |
| 14/03/2014 | 64,00 |
| 03/03/2014 | 31,20 |
| 07/03/2014 | 78,50 |
| 08/05/2014 | 12,00 |
| 30/04/2014 | 14,25 |
| 24/04/2014 | 12,00 |
| 14/04/2014 | 12,00 |
| 11/04/2014 | 31,00 |
| 03/04/2014 | 31,00 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 02/04/2014 | 8,00 |
| 12/04/2014 | 29,75 |
| 23/05/2014 | 12,00 |
| 11/04/2014 | 14,00 |
| 28/07/2014 | 131,00 |
| 15/05/2013 | 5.000,00 |
| 15/05/2013 | 100,00 |
| 15/05/2013 | 5.000,00 |
| 21/06/2013 | 27,10 |
| 27/06/2013 | 76,00 |
| 16/05/2013 | 19,00 |
| 29/06/2013 | 50,00 |
| 29/06/2013 | 150,00 |
| 24/06/2013 | 33,00 |
| 25/06/2013 | 36,00 |
| 27/06/2013 | 14,97 |
| 28/06/2013 | 19,00 |
| 27/06/2013 | 27,80 |
| 26/06/2013 | 1,89 |
| 27/06/2013 | 6,60 |
| 26/06/2013 | 31,50 |
| 24/06/2013 | 93,00 |
| 26/06/2013 | 94,00 |
| 25/06/2013 | 92,00 |
| 19/05/2013 | 3,00 |
| 22/06/2013 | 18,00 |
| 22/06/2013 | 35,64 |
| 21/06/2013 | 7,40 |
| 23/06/2013 | 4,90 |
| 01/06/2013 | 3,50 |
| 03/06/2013 | 77,00 |
| 03/06/2013 | 36,30 |
| 28/06/2013 | 33,27 |
| 28/06/2013 | 22,13 |
| 04/06/2013 | 12,00 |
| 31/05/2013 | 26,00 |
| 05/06/2013 | 10,00 |
| 02/06/2013 | 15,00 |
| 03/06/2013 | 20,00 |
| 01/06/2013 | 12,00 |
| 04/07/2013 | 20,00 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 13/06/2013 | 26,00 |
| 21/06/2013 | 17,00 |
| 01/06/2013 | 37,00 |
| 02/06/2013 | 26,00 |
| 20/06/2013 | 16,00 |
| 23/06/2013 | 50,00 |
| 01/06/2013 | 362,00 |
| 02/06/2013 | 93,50 |
| 31/05/2013 | 91,85 |
| 05/07/2013 | 66,00 |
| 01/06/2013 | 35,00 |
| 03/06/2013 | 20,00 |
| 05/07/2013 | 62,00 |
| 23/06/2013 | 67,00 |
| 29/06/2013 | 50,00 |
| 24/06/2013 | 20,00 |
| 25/06/2013 | 35,00 |
| 29/06/2013 | 280,00 |
| 03/07/2013 | 340,85 |
| 29/06/2013 | 760,61 |
| 26/06/2013 | 886,29 |
| 29/06/2013 | 853,56 |
| 07/06/2013 | 601,13 |
| 29/06/2013 | 117,72 |
| 24/07/2013 | 32,00 |
| 20/07/2013 | 71,22 |
| 13/07/2013 | 63,62 |
| 13/07/2013 | 90,65 |
| 26/06/2013 | 924,00 |
| 24/06/2013 | 27,00 |
| 26/06/2013 | 84,00 |
| 06/05/2013 | 588,00 |
| 06/06/2013 | 793,79 |
| 26/06/2013 | 7,21 |
| 29/06/2013 | 861,35 |
| 23/07/2013 | 4.000,00 |
| 12/07/2013 | 49,30 |
| 05/07/2013 | 91,41 |
| 13/07/2013 | 248,38 |
| 28/07/2013 | 108,35 |
| 24/08/2013 | 2,56 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 04/07/2013 | 1.724,00 |
| 26/06/2013 | 137,00 |
| 08/08/2013 | 83,00 |
| 21/08/2013 | 25,00 |
| 19/07/2013 | 32,00 |
| 03/09/2013 | 15,00 |
| 30/08/2013 | 14,00 |
| 03/09/2013 | 16,00 |
| 28/08/2013 | 15,00 |
| 04/07/2013 | 12,00 |
| 20/08/2013 | 227,99 |
| 20/08/2013 | 24,36 |
| 23/08/2013 | 12,00 |
| 23/08/2013 | 8,00 |
| 23/08/2013 | 4,00 |
| 02/09/2013 | 7,00 |
| 30/08/2013 | 26,57 |
| 26/08/2013 | 10,00 |
| 23/08/2013 | 257,00 |
| 28/08/2013 | 5,99 |
| 20/08/2013 | 12,00 |
| 24/08/2013 | 18,50 |
| 02/08/2013 | 41,90 |
| 21/08/2013 | 17,99 |
| 25/08/2013 | 22,65 |
| 25/08/2013 | 22,00 |
| 24/08/2013 | 9,00 |
| 24/08/2013 | 16,35 |
| 31/08/2013 | 7,00 |
| 21/08/2013 | 12,00 |
| 23/08/2013 | 25,00 |
| 01/09/2013 | 12,00 |
| 01/09/2013 | 71,70 |
| 31/05/2013 | 25,00 |
| 20/06/2013 | 15,00 |
| 19/09/2013 | 60,00 |
| 12/08/2013 | 19,00 |
| 16/08/2013 | 13,50 |
| 18/08/2013 | 161,48 |
| 19/08/2013 | 8,20 |
| 24/08/2013 | 172,09 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 13/08/2013 | 27,30 |
| 13/08/2013 | 158,90 |
| 13/08/2013 | 62,99 |
| 23/08/2013 | 26,83 |
| 29/08/2013 | 91,25 |
| 28/08/2013 | 19,90 |
| 13/08/2013 | 2,00 |
| 16/08/2013 | 22,00 |
| 17/08/2013 | 7,00 |
| 13/08/2013 | 2,00 |
| 19/08/2013 | 5,00 |
| 20/08/2013 | 5,50 |
| 19/08/2013 | 7,00 |
| 17/08/2013 | 162,60 |
| 21/08/2013 | 39,10 |
| 22/08/2013 | 90,28 |
| 26/08/2013 | 69,49 |
| 20/08/2013 | 25,49 |
| 10/08/2013 | 62,00 |
| 22/08/2013 | 56,60 |
| 19/08/2013 | 82,86 |
| 20/08/2013 | 84,58 |
| 22/08/2013 | 108,35 |
| 25/08/2013 | 120,00 |
| 26/08/2013 | 114,00 |
| 22/08/2013 | 25,00 |
| 26/08/2013 | 56,50 |
| 26/08/2013 | 17,70 |
| 15/08/2013 | 22,00 |
| 08/08/2013 | 30,00 |
| 21/08/2013 | 15,00 |
| 11/08/2013 | 6,51 |
| 26/11/2013 | 4,60 |
| 15/08/2013 | 74,40 |
| 11/01/2013 | 20,00 |
| 09/08/2013 | 100,00 |
| 09/08/2013 | 100,00 |
| 29/08/2013 | 470,00 |
| 16/09/2013 | 30,00 |
| 22/08/2013 | 1.000,00 |
| 20/08/2013 | 190,00 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 19/09/2013 | 267,10 |
| 10/10/2013 | 154,50 |
| 30/09/2013 | 1,10 |
| 30/09/2013 | 2,90 |
| 27/09/2013 | 8,00 |
| 06/10/2013 | 5,40 |
| 06/10/2013 | 5,40 |
| 06/10/2013 | 6,60 |
| 06/10/2013 | 6,60 |
| 27/09/2013 | 27,00 |
| 29/09/2013 | 75,00 |
| 07/10/2013 | 45,00 |
| 30/09/2013 | 18,00 |
| 09/10/2013 | 17,50 |
| 03/09/2013 | 48,00 |
| 02/09/2013 | 36,00 |
| 02/09/2013 | 40,00 |
| 31/05/2013 | 5,80 |
| 18/04/2013 | 7,00 |
| 22/08/2013 | 23,64 |
| 14/11/2013 | 2,00 |
| 22/10/2013 | 2,00 |
| 22/11/2013 | 9,00 |
| 22/11/2013 | 250,00 |
| 22/11/2013 | 20,78 |
| 22/11/2013 | 18,19 |
| 22/11/2013 | 4,90 |
| 28/10/2013 | 2,00 |
| 23/11/2013 | 2,00 |
| 27/10/2013 | 42,00 |
| 25/10/2013 | 12,00 |
| 03/10/2013 | 8,00 |
| 01/10/2013 | 22,00 |
| 05/10/2013 | 5,00 |
| 06/10/2013 | 17,00 |
| 07/10/2013 | 17,00 |
| 05/10/2013 | 17,00 |
| 30/09/2013 | 3,00 |
| 30/10/2013 | 9,00 |
| 01/10/2013 | 50,02 |
| 30/09/2013 | 57,14 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 07/10/2013 | 78,07 |
| 04/10/2013 | 84,03 |
| 30/09/2013 | 113,95 |
| 30/09/2013 | 17,00 |
| 30/09/2013 | 6,50 |
| 01/10/2013 | 111,77 |
| 30/09/2013 | 24,30 |
| 29/09/2013 | 54,00 |
| 29/09/2013 | 5,50 |
| 29/09/2013 | 138,00 |
| 29/09/2013 | 23,00 |
| 04/10/2013 | 150,00 |
| 04/10/2013 | 4,00 |
| 03/10/2013 | 83,42 |
| 04/10/2013 | 16,00 |
| 04/10/2013 | 18,00 |
| 03/10/2013 | 33,20 |
| 03/10/2013 | 141,13 |
| 01/10/2013 | 156,22 |
| 01/10/2013 | 40,26 |
| 01/07/2013 | 197,78 |
| 05/10/2013 | 85,77 |
| 06/10/2013 | 245,41 |
| 04/10/2013 | 59,30 |
| 01/10/2013 | 9,92 |
| 25/09/2013 | 308,00 |
| 01/10/2013 | 27,00 |
| 01/10/2013 | 8,80 |
| 01/10/2013 | 104,12 |
| 14/10/2013 | 57,00 |
| 11/10/2013 | 32,29 |
| 13/10/2013 | 44,97 |
| 11/10/2013 | 35,00 |
| 01/10/2013 | 22,00 |
| 01/10/2013 | 20,04 |
| 01/10/2013 | 2,00 |
| 20/07/2013 | 70,81 |
| 27/09/2013 | 48,51 |
| 20/09/2013 | 57,20 |
| 20/09/2013 | 44,99 |
| 25/09/2013 | 14,00 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 25/09/2013 | 44,50 |
| 25/09/2013 | 74,00 |
| 24/10/2013 | 144,10 |
| 24/09/2013 | 2,00 |
| 25/09/2013 | 2,00 |
| 06/11/2013 | 14,00 |
| 27/11/2013 | 3.000,00 |
| 10/12/2013 | 156,69 |
| 21/09/2013 | 15,00 |
| 08/10/2013 | 30,00 |
| 04/01/2013 | 2,40 |
| 22/10/2013 | 20,00 |
| 08/10/2013 | 33,79 |
| 09/10/2013 | 6,90 |
| 10/10/2013 | 68,20 |
| 09/10/2013 | 48,08 |
| 10/10/2013 | 13,23 |
| 18/10/2013 | 146,00 |
| 04/11/2013 | 20,00 |
| 04/11/2013 | 20,00 |
| 13/11/2013 | 5,10 |
| 13/11/2013 | 8,00 |
| 22/11/2013 | 167,98 |
| 22/11/2013 | 25,00 |
| 31/10/2013 | 17,15 |
| 19/09/2013 | 23,96 |
| 20/09/2013 | 22,90 |
| 06/11/2013 | 112,75 |
| 09/11/2013 | 17,39 |
| 19/11/2013 | 11,90 |
| 11/11/2013 | 19,81 |
| 05/11/2013 | 22,70 |
| 11/11/2013 | 35,54 |
| 23/11/2013 | 26,10 |
| 09/11/2013 | 61,90 |
| 20/11/2013 | 95,86 |
| 24/11/2013 | 19,50 |
| 01/11/2013 | 19,00 |
| 30/11/2013 | 119,80 |
| 23/11/2013 | 45,00 |
| 26/11/2013 | 175,12 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 23/11/2013 | 10,50 |
| 23/11/2013 | 9,00 |
| 23/11/2013 | 238,05 |
| 27/11/2013 | 44,28 |
| 27/11/2013 | 12,48 |
| 24/11/2013 | 78,54 |
| 24/11/2013 | 17,00 |
| 24/11/2013 | 5,00 |
| 24/11/2013 | 10,50 |
| 24/11/2013 | 58,30 |
| 25/11/2013 | 17,00 |
| 25/11/2013 | 110,95 |
| 25/11/2013 | 12,90 |
| 25/11/2013 | 19,80 |
| 05/11/2013 | 134,90 |
| 25/11/2013 | 6,00 |
| 26/11/2013 | 17,94 |
| 18/11/2013 | 4,49 |
| 21/01/2013 | 22,75 |
| 09/08/2013 | 294,05 |
| 07/11/2013 | 12,15 |
| 19/10/2013 | 83,32 |
| 15/10/2013 | 93,98 |
| 08/10/2013 | 187,42 |
| 11/11/2013 | 4 |
| 27/10/2013 | 25,00 |
| 28/10/2013 | 2,00 |
| 10/12/2013 | 100,85 |
| 17/12/2013 | 190,07 |
| 08/01/2014 | 49,00 |
| 07/01/2014 | 68,50 |
| 13/12/2013 | 5,10 |
| 15/12/2013 | 13,80 |
| 13/12/2013 | 18,22 |
| 09/01/2014 | 87,40 |
| 15/12/2013 | 3,00 |
| 17/12/2013 | 4,50 |
| 15/12/2013 | 26,80 |
| 26/12/2013 | 11,6 |
| 12/11/2013 | 187,42 |
| 10/01/2014 | 451,25 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

| Data de ocorrência | Valor histórico (R$) |
|---|---|
| 06/02/2014 | 397,66 |
| 09/04/2014 | 405,41 |
| 30/04/2014 | 130 |
| 12/05/2014 | 419,2 |
| 14/05/2014 | 5.000,00 |
| 04/09/2014 | 500,8 |
| 10/06/2014 | 320 |
| 12/07/2013 | 4.400,00 |
| 08/08/2013 | 4.400,00 |
| 05/09/2013 | 700,00 |
| 11/10/2013 | 700,00 |
| 11/11/2013 | 700,00 |
| 05/12/2013 | 700,00 |
| 07/02/2014 | 2.250,00 |
| 03/12/2013 | 2.400,00 |

d) aplicar individualmente aos responsáveis Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly Kauffmann, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido por este Tribunal até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;;

e) autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

f) autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §1º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

g) informar à Procuradoria da República no Estado de RJ, ao Agência Nacional do Cinema, e aos responsáveis que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

h) informar à Procuradoria da República no Estado de RJ que, nos termos do § 1º do art. 62 da Resolução-TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal."

É o relatório.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966917.

# VOTO

Cuidam os autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) em desfavor de Hkauffmann Produção de Imagens Ltda., na qualidade de contratada, e de seus então sócio-dirigentes, Hilton Kauffmann e Iara Marly Kauffmann, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Contrato FINEP 02.13.0007.00, que tinha por objeto a produção e comercialização da série documental "*Que É Que Eu Vou Fazer da Minha Vida?*".

2. O investimento pactuado foi de R$ 500.000,00, destinado exclusivamente à produção da obra, cabendo à produtora aportar os recursos necessários à realização do projeto, a título de contrapartida. A União repassou integralmente o montante pactuado, com pagamentos efetuados em 3/5/2013 e 8/10/2014 (peça 19).

3. Na fase interna, a contratante concluiu que o prejuízo importava no valor original de R$ 600.000,00, correspondente à impugnação total dos recursos transferidos, acrescida de multa de 20%, conforme previsto em cláusula contratual, em razão da ausência de entrega da totalidade da documentação necessária à prestação de contas final, cujo prazo expirou em 15/3/2015. O Controle Interno anuiu a esse posicionamento.

4. No âmbito deste Tribunal, Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly Kauffmann foram regularmente citados e apresentaram suas alegações de defesa. Em sua primeira análise de mérito, a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) concluiu pela rejeição das alegações apresentadas e propôs o julgamento das contas como irregulares, com imputação do débito e aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

5. No tocante a Hilton Kauffmann, a unidade instrutora propôs o arquivamento dos autos, em razão de seu falecimento em 16/3/2017 e da ausência de chamamento de seu espólio aos autos ante o transcurso de tempo de mais de dez anos desde os repasses sem que a autoridade administrativa federal competente tenha promovido sua notificação.

6. Estando o processo neste Gabinete e já incluído na pauta do dia 18/3/2025, os responsáveis requereram a retirada do feito de pauta e apresentaram documentação adicional relativa à execução financeira do projeto, localizada, segundo informado, pelos herdeiros de Hilton Kauffmann. Embora a juntada ocorresse após o encerramento da fase de instrução, autorizei, em prestígio ao contraditório e à ampla defesa, o recebimento dos novos elementos e determinei o retorno dos autos à unidade instrutora para exame.

7. No curso da instrução complementar, a AudTCE submeteu a documentação à Ancine, o que levou à reavaliação da prestação de contas e à redefinição do débito. À vista desse novo quadro, foram promovidas novas citações e, ao final, a unidade instrutora propôs o acolhimento parcial das defesas, o julgamento das contas de Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e Iara Marly Kauffmann como irregulares, com condenação solidária ao pagamento do débito remanescente – aproximadamente R$ 73 mil em valores históricos – e aplicação da multa proporcional.

8. De volta os autos a este Gabinete, os responsáveis apresentaram documentação adicional, a qual, todavia, não altera o débito apurado, por reproduzir documentos fiscais já constantes do processo ou se referir a despesas consideradas não financiáveis.

9. Feito esse breve relato, passo a decidir.

10. Entendo que as particularidades do caso concreto recomendam solução diversa daquela proposta pela unidade especializada, que contou com a concordância do Ministério Público junto ao TCU, conforme considerações a seguir.

11. Ao compulsar os autos e em consonância com precedentes deste Tribunal, como o



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966919.

Acórdão 12.942/2020-TCU-Segunda Câmara, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, entendo que Iara Marly Kauffmann deve ser excluída da relação processual.

12. Embora figurasse formalmente como sócia-administradora da empresa, sua participação correspondia a apenas 5% do capital social da Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. e, apesar de ter subscrito o contrato de investimento juntamente com Hilton Kauffmann, não há nos autos quaisquer elementos que evidenciem sua efetiva participação na gestão dos recursos repassados ou nos atos que deram causa às irregularidades apuradas (peças 1, 30 e 119, por exemplo). Assim, nessas circunstâncias específicas, entendo que a mera condição formal de sócia-administradora não se mostra suficiente para fundamentar sua responsabilização pessoal.

13. Os elementos disponíveis nos autos indicam que era Hilton Kauffmann quem efetivamente conduzia as atividades da produtora e a execução do projeto. Ocorre que seu falecimento, ocorrido em 16/3/2017, antes que a controvérsia viesse a ser submetida a este Tribunal, aliado à ausência de participação material de Iara Kauffmann na gestão dos recursos, fez com que a posterior reconstrução da prestação de contas passasse a ser realizada, na prática, por seus herdeiros, alheios à gestão da empresa e aos fatos examinados. E embora tenham assumido essa tarefa, eles sequer chegaram a ser chamados a integrar a relação processual, tendo a própria unidade instrutora considerado comprometidas, quanto à eventual responsabilização sucessória, as condições de exercício do contraditório e da ampla defesa.

14. A jurisprudência deste Tribunal é cediça no sentido de que o comprometimento do exercício do contraditório e da ampla defesa não prescinde da demonstração efetiva do prejuízo, sendo insuficientes, por si sós, o simples decurso do tempo ou o falecimento do responsável.

15. No caso concreto, os recursos foram aplicados em 2013 e 2014, e a prestação de contas deveria ter sido concluída em 2015. A primeira comunicação da Ancine destinada à complementação da documentação ocorreu somente após o falecimento de Hilton Kauffmann, em 2017 (peças 7 e 8). Assim, embora tenham sido posteriormente franqueadas à empresa oportunidades formais de manifestação, o exercício material da defesa passou a ocorrer sem a participação daquele que detinha conhecimento direto da execução do projeto, das despesas realizadas e da documentação correspondente, ficando o esclarecimento das pendências condicionado, em larga medida, à reconstituição, por terceiros, de fatos e registros produzidos anos antes.

16. Os efeitos concretos dessa limitação ficaram evidenciados no próprio curso desta tomada de contas especial. Quando os autos já se encontravam em condições de julgamento, os documentos recuperados pelos herdeiros ensejaram a reabertura da instrução e permitiram, ao final, afastar cerca de 85% dos valores originalmente impugnados. A expressiva alteração do débito evidencia, de forma objetiva, a relevância da reconstrução documental para o exercício da defesa e a dificuldade inerente à recuperação, por pessoas sem conhecimento direto da gestão, de elementos produzidos mais de uma década antes.

17. Ademais, a própria composição do saldo remanescente reforça essa conclusão, uma vez que parcela residual do débito decorre de despesas consideradas não financiáveis, enquanto sua quase totalidade está associada a insuficiências na comprovação dos gastos ou na demonstração de sua vinculação ao projeto, questões cuja elucidação depende, em grande medida, da disponibilidade de documentos e de informações contemporâneas à execução do ajuste.

18. Nesse cenário, entendo que o conjunto das circunstâncias examinadas evidencia prejuízo concreto ao exercício do contraditório e da ampla defesa em grau suficiente para comprometer o desenvolvimento válido e regular desta tomada de contas especial, impondo-se, por conseguinte, o arquivamento dos autos, sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU.

Ante o exposto, voto por que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à deliberação



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966919.

deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 3 de novembro de 2026.

Ministro RODRIGO PACHECO
Relator



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966919.

ACÓRDÃO Nº 5765/2026 – TCU – 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.928/2024-9.
2. Grupo II – Classe de Assunto: II – Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Hkauffmann Produção de Imagens Ltda. (32.056.954/0001-02); Iara Marly Kauffmann (410.106.637-04).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Cinema.
5. Relator: Ministro Rodrigo Pacheco.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Orlando Ribeiro da Silva Netto (168.289/OAB-RJ), Ericka Gavinho D'Icarahy (137.124/OAB-RJ) e outros, representando Iara Marly Kauffmann; Orlando Ribeiro da Silva Netto (168.289/OAB-RJ), representando Hkauffmann Produção de Imagens Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) em desfavor de Hkauffmann Produção de Imagens Ltda., Hilton Kauffmann e Iara Marly Kauffmann, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Contrato FINEP nº 02.13.0007.00, que tinha por objeto a produção e comercialização da série documental "*Que É Que Eu Vou Fazer da Minha Vida?"*,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir Hilton Kauffmann e Iara Marly Kauffmann da relação processual;

9.2. arquivar os autos, sem julgamento de mérito, em relação a Hkauffmann Produção de Imagens Ltda., com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, ante a ausência dos pressupostos necessários ao desenvolvimento válido e regular do processo;

9.3. dar ciência desta deliberação à Agência Nacional do Cinema e aos responsáveis.

10. Ata n° 38/2026 – 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/11/2026 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5765-38/26-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Odair Cunha e Rodrigo Pacheco (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
RODRIGO PACHECO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Subprocurador-Geral



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 80966920.